



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Banco e FNE

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2012



Demonstrações Financeiras

BANCO

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2012

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

A T I V O

		31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE		14.312.230	10.584.659
DISPONIBILIDADES	(Nota 5)	121.853	97.086
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(Nota 6.a)	6.514.841	3.240.283
Aplicações no Mercado Aberto		6.384.020	3.036.454
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		130.821	203.829
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	459.453	233.192
Carteira Própria		309.498	233.158
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	34
Vinculados à Prestação de Garantias		149.955	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		315.987	267.274
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.126	90
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central	(Nota 8.a)	306.374	260.563
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	6.191	4.984
Repasse Interfinanceiros		986	905
Correspondentes		1.310	732
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		4.775.461	4.950.715
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	5.199.136	5.251.775
Setor Público		102.633	78.446
Setor Privado		5.096.503	5.173.329
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(423.675)	(301.060)
OUTROSCRÉDITOS		2.100.029	1.778.988
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	8	-
Carteira de Câmbio	(Nota 10.b)	592.978	641.071
Rendas a Receber	(Nota 10.c)	25.434	22.902
Negociação e Intermediação de Valores	(Nota 10.c)	4	-
Diversos	(Nota 10.d)	1.558.087	1.118.570
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(76.482)	(3.555)
OUTROS VALORES E BENS		24.606	17.121
Outros Valores e Bens		5.924	6.169
(Provisões para Desvalorizações)		(760)	(1.248)
Despesas Antecipadas		19.442	12.200
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		17.375.096	15.662.089
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	(Nota 7)	10.783.710	9.874.595
Carteira Própria		9.691.773	8.878.659
Vinculados a Compromissos de Recompra		665.509	672.509
Instrumentos Financeiros Derivativos		193.640	44.880
Vinculados à Prestação de Garantias		232.788	278.567
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		40.609	36.863
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural	(Nota 8.a)	3	422
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	(Nota 8.a)	37.156	32.369
Repasse Interfinanceiros		3.450	4.072
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.748.868	5.639.615
Operações de Crédito	(Nota 9.a)	6.123.950	5.960.393
Setor Público		1.262.790	1.255.601
Setor Privado		4.861.160	4.704.792
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(Nota 9.a)	(375.082)	(320.778)
OUTROS CRÉDITOS		801.909	111.016
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(Nota 10.a)	7	-
Diversos	(Nota 10.d)	806.214	161.747
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(Nota 10.f)	(4.312)	(50.731)
PERMANENTE	(Nota 12)	201.562	188.840
INVESTIMENTOS		1.720	1.568
Outros Investimentos		7.023	6.871
(Provisão para Perdas)		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO		198.906	185.569
Imóveis de Uso		152.457	137.759
Reavaliações de Imóveis de Uso		105.410	105.410
Outras Imobilizações de Uso		191.645	166.672
(Depreciações Acumuladas)		(250.606)	(224.272)
DIFERIDO		936	1.703
Gastos de Organização e Expansão		2.939	4.624
(Amortização Acumulada)		(2.003)	(2.921)
TOTAL DO ATIVO		31.888.888	26.435.588

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, likely representing the preparer and reviewer of the financial statements.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
Direção Geral e Agências no País
(Valores em R\$ Mil)

PASSIVO

		31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE		10.594.408	9.748.154
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.a)	4.772.938	5.115.979
Depósitos à Vista.....		118.635	162.445
Depósitos de Poupança.....		1.615.970	1.329.994
Depósitos Interfinanceiros.....		593.137	588.986
Depósitos a Prazo.....		2.445.196	3.034.554
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.b)	738.598	637.812
Carteira Própria.....		581.802	603.883
Carteira de Terceiros.....		156.796	33.929
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	75.476	199.732
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		66.869	196.364
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		8.607	3.368
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		66	4
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		66	4
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		15.586	7.142
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		15.578	7.142
Transferências Internas de Recursos.....		8	-
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	826.189	849.768
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		17.912	16.511
Empréstimos no Exterior.....		808.277	833.257
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	121.769	173.427
Tesouro Nacional.....		253	217
BNDES.....		101.633	162.562
FINAME.....		19.883	10.648
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	2.184	7.615
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		2.184	7.615
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	88.354	81.291
Repasses do Exterior.....		88.354	81.291
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		3.953.248	2.675.384
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	(Nota 16.a)	3.154	4.805
Carteira de Câmbio.....	(Nota 16.b)	32.008	1.188
Sociais e Estatutárias.....	(Nota 16.c)	95.061	12.254
Fiscais e Previdenciárias.....	(Nota 16.d)	825.052	525.820
Negociação e Intermediação de Valores.....	(Nota 16.e)	68	-
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	1.673.702	1.102.922
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	74.143	70.164
Diversas.....	(Nota 16.h)	1.250.060	958.231
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		18.610.729	14.357.919
DEPÓSITOS.....	(Nota 13.a)	5.048.501	3.848.520
Depósitos à Vista.....		15.383	21.179
Depósitos Interfinanceiros.....		78.890	-
Depósitos a Prazo.....		4.954.228	3.827.341
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO.....	(Nota 13.b)	81.917	66.561
Carteira Própria.....		81.917	66.561
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS.....	(Nota 15)	1.318.769	563.876
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		418	-
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		1.318.351	563.876
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS.....	(Nota 14.b)	17.912	33.021
Empréstimos no País - Instituições Oficiais.....		17.912	33.021
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS.....	(Nota 14.c)	1.464.432	1.113.258
Tesouro Nacional.....		556	775
BNDES.....		1.333.988	990.332
FINAME.....		129.888	122.151
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	(Nota 7.c)	6.405	13.513
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		6.405	13.513
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR.....	(Nota 14.d)	736.841	759.101
Repasses do Exterior.....		736.841	759.101
OUTRAS OBRIGAÇÕES.....		9.935.952	7.960.069
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	(Nota 16.f)	5.005.676	3.617.155
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(Nota 17)	1.128.249	1.067.708
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital.....	(Nota 18)	1.332.382	1.216.319
Diversas.....	(Nota 16.h)	2.469.645	2.058.687
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS			16
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....			16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	2.683.751	2.329.499
CAPITAL.....		2.142.000	2.010.000
De Domiciliados no País.....		2.142.000	2.010.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		22.904	25.198
RESERVAS DE LUCROS.....		425.494	244.536
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.....		93.737	50.149
(AÇÕES EM TESOURARIA).....		(384)	(384)
TOTAL DO PASSIVO		31.888.888	26.435.588

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
 Direção Geral e Agências no País
 (Valores em R\$ Mil)

		2º Sem/2012	Exercício/2012	Exercício/2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		1.875.427	3.804.675	3.347.864
Operações de Crédito.....	(Nota 9.a.2)	1.176.320	2.178.178	1.772.643
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....	(Nota 7.b)	632.264	1.326.736	1.365.528
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(Nota 7.d)	(4.286)	109.979	25.660
Resultado de Operações de Câmbio.....	(Nota 11.b)	58.126	165.449	163.871
Resultado das Aplicações Compulsórias.....	(Nota 8.b)	8.178	19.508	20.162
Operações de Venda ou de Transf. Ativos Financeiros.....		4.825	4.825	-
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		(1.092.029)	(2.603.574)	(2.130.601)
Operações de Captação no Mercado.....	(Nota 13.c)	(406.445)	(991.525)	(1.048.740)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(Nota 14.e)	(311.493)	(997.251)	(846.952)
Operações de Venda ou de Transf. Ativos Financeiros.....		(2)	(2)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(Nota 9.e)	(374.089)	(614.796)	(234.909)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		783.398	1.201.101	1.217.263
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	(Nota 20)	(558.273)	(951.208)	(548.829)
Receitas de Prestação de Serviços.....		681.061	1.391.602	1.327.021
Rendas de Tarifas Bancárias.....		15.622	29.057	24.735
Despesas de Pessoal:				
Despesas de Pessoal.....		(528.166)	(1.006.809)	(927.906)
Benefício Pós-Emprego.....		(202.006)	(455.028)	(153.387)
Outras Despesas Administrativas.....		(405.206)	(824.986)	(775.242)
Despesas Tributárias.....		(118.932)	(215.202)	(188.995)
Outras Receitas Operacionais.....		617.517	1.431.569	1.164.760
Outras Despesas Operacionais.....		(618.163)	(1.301.411)	(1.019.815)
RESULTADO OPERACIONAL.....		225.125	249.893	668.434
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....		2.191	3.310	7.045
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....		227.316	253.203	675.479
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	(Nota 21)	83.155	320.779	(323.603)
Provisão para Imposto de Renda.....		(172.889)	(259.015)	(181.082)
Provisão para Contribuição Social.....		(109.065)	(163.252)	(115.798)
Ativo Fiscal Diferido.....		365.109	743.046	(26.723)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO.....		(48.114)	(65.619)	(37.077)
LUCRO LÍQUIDO.....		262.357	508.363	314.799
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	(Nota 19.d)	(64.973)	(132.273)	(73.526)
Nº de Ações (em mil).....		87.002	87.002	87.002
Lucro Líquido por Ação (em R\$).....		3,02	5,84	3,62

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agência no País

(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVALIÇÃO		RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS					
						OUTRAS	OUTRAS				
SALDOS EM 31.12.2010	1.850.000	1.000	28.064	88.866	169.632			50.130		(384)	2.177.338
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL								19			19
AUMENTO DE CAPITAL:											
Proveniente de Reserva:											
Incorporação ao Capital	160.000	(1.000)			(159.000)						
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:			(4.614)						3.984		(620)
Encargos Tributários			1.748						(1.597)		151
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:									314.799		314.799
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos											
Dividendos Adicionais Propostos (JCP)											
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)											
SALDOS EM 31.12.2011	2.010.000		26.198	104.636	132.862			50.149		(384)	2.329.499
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:			(3.824)						3.824		
Encargos Tributários			1.530						(1.530)		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:									508.363		(68.559)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP)											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Exercício)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:			(1.912)						1.912		
Encargos Tributários			765						(765)		
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									262.357		(61.521)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									182.810		(67.528)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									182.810		(67.528)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									182.810		(67.528)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									182.810		(67.528)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									182.810		(67.528)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									182.810		(67.528)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									182.810		(67.528)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE:									182.810		(67.528)
Destinações:											
Reservas:											
Dividendos e JCP											
OUTROS (Provisão do IR sobre JCP do Semestre)											
SALDOS EM 31.12.2012	2.142.000		22.904	130.064	295.440			93.737		(384)	2.683.751
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:											
OUTROS EVENTOS:											
Reavaliação de Ativos:											
Realização da Reserva:											
Encargos Tributários											

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2º Sem/2012	Exercício /2012	Exercício/2011
Lucro Líquido do Período	262.357	508.363	314.799
Ajustes ao Lucro Líquido:			
Despesas de Depreciação e Amortização.....	14.711	29.212	27.346
Provisão/(Reversão) para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(2)	(404)	27
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	349.103	581.565	265.187
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	24.986	33.231	24.215
Provisão para Passivos Contingentes (Riscos do FNE)	404.803	699.670	429.782
Provisão para Passivos Contingentes.....	18.853	108.229	140.052
Provisão (Benefícios Pós-Emprego - Deliberação CVM 600)	202.006	455.028	153.386
Despesas de Outras Provisões Operacionais.....	6.852	8.676	11.923
Reversão de Provisões Operacionais	(55.827)	(121.689)	(59.648)
Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	57.811	116.062	114.472
Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	77.283	137.139	135.550
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Provisionados.....	(67.576)	(129.140)	(162.188)
Aplicações no Diferido.....	-	-	(358)
Resultados de Exercícios Futuros.....	(16)	(16)	-
Lucro Líquido Ajustado	1.295.344	2.425.926	1.394.545
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	60.440	(24.915)	17.643
Relações Interfinanceiras e Interdependências	(64.919)	(43.954)	(56.316)
Operações de Crédito.....	(521.372)	(515.564)	(720.613)
Outros Créditos.....	(540.202)	(771.008)	(433.688)
Outros Valores e Bens.....	2.172	(7.628)	(3.879)
Depósitos.....	676.711	856.939	454.919
Captações no Mercado Aberto	(16.324)	116.142	180.084
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(97.159)	630.638	278.120
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	166.448	245.631	86.448
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(27.771)	(161.285)	(81.600)
Outras Obrigações.....	829.051	1.912.206	890.101
Reserva de Reavaliação.....	-	-	(469)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(202.723)	(274.157)	(29.771)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.559.696	4.388.971	1.975.524
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(513.880)	(919.041)	(2.380.731)
Inversões em Investimentos.....	(20)	(157)	(137)
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(19.468)	(42.085)	(27.607)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(83)	(409)	(750)
Alienação de Investimentos.....	6	6	(2)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	287	303	3.974
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	724	957	1.183
CAIXA (UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(532.434)	(960.426)	(2.404.070)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(122.999)	(130.134)	(255.260)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(122.999)	(130.134)	(255.260)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	904.263	3.298.411	(683.806)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do Período.....	5.579.841	3.185.693	3.869.499
No fim do Período.....	6.484.104	6.484.104	3.185.693
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	904.263	3.298.411	(683.806)

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller initials and marks on the right.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2012	%	31.12.2012	%	31.12.2011	%
RECEITAS	2.199.564		4.744.004		4.616.702	
Intermediação Financeira	1.875.427		3.804.675		3.347.864	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	696.683		1.420.659		1.351.756	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(374.089)		(614.796)		(234.909)	
Outras Receitas/Despesas	1.543		133.466		151.991	
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(717.938)		(1.988.776)		(1.895.692)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(378.718)		(771.208)		(714.868)	
Materiais, Energia e Outros	(105.529)		(220.929)		(230.716)	
Serviços de Terceiros	(273.189)		(550.279)		(484.152)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.102.908		1.984.020		2.006.142	
RETENÇÕES	(14.711)		(29.212)		(27.346)	
Depreciação, amortização e exaustão	(14.711)		(29.212)		(27.346)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA	1.088.197		1.954.808		1.978.796	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.088.197		1.954.808		1.978.796	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.088.197		1.954.808		1.978.796	
PESSOAL	694.379	63,8	1.367.834	70,0	974.108	49,2
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO	400.346	36,8	737.952	37,8	650.739	32,9
Proventos	352.232		672.333		613.662	
Participação dos empregados nos lucros	48.114		65.619		37.077	
BENEFÍCIOS	266.954	24,5	578.501	29,6	276.586	14,0
Provisões (Benefícios Pós-Emprego - Deliberação CVM)	202.006		455.028		153.386	
Benefícios - Outros	64.948		123.473		123.200	
FGTS	27.079	2,5	51.381	2,6	46.783	2,4
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	119.684	11,0	54.045	2,8	656.861	33,2
Federais	111.522		38.392		641.892	
Estaduais	41		53		26	
Municipais	8.121		15.600		14.943	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	11.777	1,1	24.566	1,3	33.028	1,7
Aluguéis	11.777		24.566		33.028	
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	262.357	24,1	508.363	26,0	314.799	15,9
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	64.973	6,0	132.273	6,8	73.526	3,7
União	61.156		124.502		69.206	
Outros	3.817		7.771		4.320	
DIVIDENDOS	2.603	0,2	58.388	3,0	95.700	4,8
União	2.450		54.958		90.077	
Outros	153		3.430		5.623	
LUCROS RETIDOS NO PERÍODO	194.781	17,9	317.702	16,3	145.573	7,4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)
Nota 10- Outros Créditos	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 12- Permanente	Nota 29 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 31- Outras Informações
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	
Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

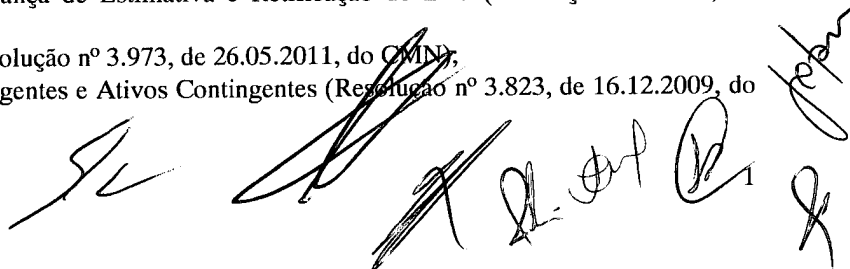
O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, com matriz localizada na Avenida Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);



- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);e
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009).

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados inicialmente à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior através de *Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado. Entretanto, o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil e é também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, assim como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

Os valores de mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos usados como proteção e do item objeto de *hedge* estão divulgados na nota 7.c.1.

h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

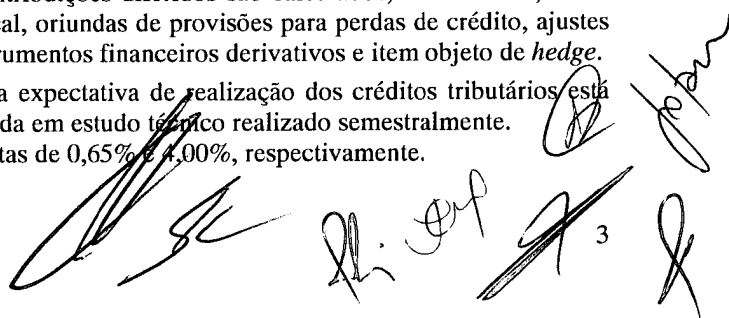
A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social (CSLL), Pasep e Cofins

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e a provisão para impostos e contribuições diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, oriundas de provisões para perdas de crédito, ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e item objeto de *hedge*.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 1,00%, respectivamente.



l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, de 7.10.2009, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

m) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica e de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

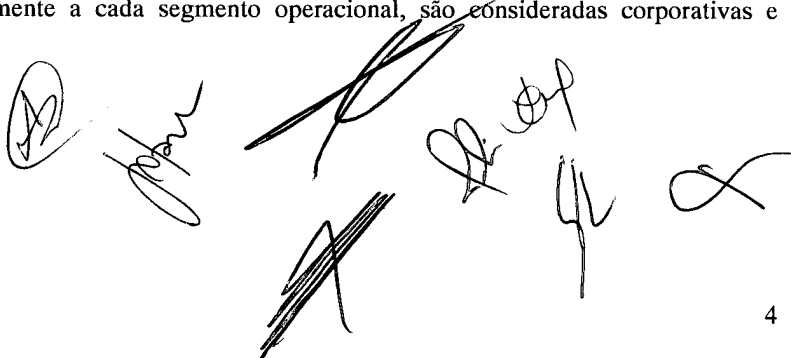
a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.12.2012 e 31.12.2011.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:



Especificação	2º sem/2012			01.01 a 31.12.2012			01.01 a 31.12.2011		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas									
Receitas de Operações de Crédito	1.742.476	752.659	2.495.135	3.737.207	1.502.347	5.239.554	3.154.365	1.365.304	4.519.669
Receitas de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.176.320	-	1.176.320	2.178.178	-	2.178.178	1.772.643	-	1.772.643
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	349.508	282.756	632.264	747.409	579.327	1.326.736	823.007	542.521	1.365.528
Resultado de Operações de Câmbio	(4.286)	-	(4.286)	109.979	-	109.979	25.660	-	25.660
Resultado de Operações de Aplicações Compulsórias	58.126	-	58.126	165.449	-	165.449	163.871	-	163.871
Resultado de Operações de Transferência de Ativos Financeiros	8.178	-	8.178	19.508	-	19.508	20.162	-	20.162
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	4.825	-	4.825	4.825	-	4.825	-	-	-
Outras Receitas	149.805	469.903	619.708	511.859	923.020	1.434.879	349.022	822.783	1.171.805
Despesas									
Despesas de Captação no Mercado	(822.098)	(674.911)	(1.497.009)	(2.076.779)	(1.282.766)	(3.359.545)	(1.627.827)	(1.019.343)	(2.647.170)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(406.445)	-	(406.445)	(991.525)	-	(991.525)	(1.048.740)	-	(1.048.740)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(41.462)	(270.031)	(311.493)	(443.992)	(553.259)	(997.251)	(328.843)	(518.109)	(846.952)
Provisão Proagro a Receber	-	(76)	(76)	(2)	(203)	(203)	-	(236)	(236)
Margem Financeira									
Rendas de Prestação de Serviços	920.378	77.748	998.126	1.660.428	219.581	1.880.009	1.526.538	345.961	1.872.499
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	136.790	544.271	681.061	253.812	1.137.790	1.391.602	251.507	1.075.514	1.327.021
Pasep e Cofins (1)									
Resultado após Tarifas e Comissões	1.012.009	572.851	1.584.860	1.845.268	1.257.472	3.102.740	1.720.145	1.330.964	3.051.109
Despesas Administrativas									
Despesas de Pessoal			(1.135.378)			(2.286.823)			(1.856.535)
Depreciação e Amortização			(730.172)			(1.461.837)			(1.081.293)
Outras Despesas Administrativas			(14.711)			(29.212)			(27.346)
Outras Despesas			(390.495)			(795.774)			(747.896)
Despesas de Provisões, exceto Crédito			(196.322)			(501.667)			(452.713)
Lucro antes da Tributação e Participações			(25.844)			(61.047)			(66.382)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			227.316			253.203			675.479
Participações no Lucro			83.155			320.779			(323.603)
			(48.114)			(65.619)			(37.077)
Lucro Líquido			262.357			508.363			314.799

(1) As despesas referentes a Pasep e Cofins sobre importação de serviços no valor de R\$ 2,33 (R\$ 31 em 31.12.2011) compõem o saldo de Outras Despesas

[Handwritten signatures and initials]

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades em Moeda Nacional	118.242	94.777
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	3.611	2.309
Total da Disponibilidade de Caixa	121.853	97.086
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	28.017	4.016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.334.234	3.084.591
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 28.c)	6.484.104	3.185.693

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
a) Aplicações no Mercado Aberto	6.384.020	3.036.454
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	6.227.215	3.002.525
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	156.805	33.929
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	130.821	203.829
Aplicações em Moeda Estrangeira	23.801	14.987
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	107.020	188.842
Total	6.514.841	3.240.283
Saldo de Curto Prazo	6.514.841	3.240.283

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	213.545	394.521	350.862
Posição Bancada	208.148	383.984	340.397
Posição Financiada	5.397	10.537	10.465
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	4.927	18.311	32.476
Total	218.472	412.832	383.338

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Títulos Disponíveis para Venda	11.028.442	10.049.334
Títulos Mantidos até o Vencimento	21.081	13.559
Diferencial a Receber Swap	193.640	44.894
Total	11.243.163	10.107.787
Saldo de Curto Prazo	459.453	233.192
Saldo de Longo Prazo	10.783.710	9.874.595

Handwritten signatures and initials are present below the table, including a large signature on the left, a signature in the center, and several other initials and marks on the right side.

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.12.2012				31.12.2011			
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	10.332.613	10.494.910	162.297		9.527.312	9.530.187	2.875	
Letras Financeiras do Tesouro	7.904.113	7.904.764	651	2013 a 2018	7.461.949	7.462.115	166	2012 a 2018
Letras do Tesouro Nacional	11	11	-	2014	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	1.155.266	1.562.643	407.377	2050	1.091.120	1.141.978	50.858	2050
Letras Financeiras	477.168	447.406	(29.762)	2014 a 2016	30.302	30.302	-	2016
Debêntures	760.074	572.019	(188.055)	2014 a 2018	898.502	876.719	(21.783)	2013 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	2.709	2.622	(87)	2013	13.588	13.370	(218)	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	6.755	5.231	(1.524)	2027	7.328	5.518	(1.810)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	26.237	-	(26.237)	1993	24.270	-	(24.270)	1993
Títulos da Dívida Agrária	280	214	(66)	2013 a 2022	253	185	(68)	2012 a 2022
Cotas de Fundos de Investimentos	15.569	14.211	(1.358)		14.750	13.434	(1.316)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.358	-	(1.358)	2014	1.316	-	(1.316)	2014
Cotas de FIDC	13.850	13.850	-	2014	13.079	13.079	-	2014
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	221	221	-	Sem Vencimento	235	235	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	140	140	-	Sem Vencimento	120	120	-	Sem Vencimento
Títulos de Renda Variável	140.298	136.579	(3.719)		144.159	227.146	82.987	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	350	218	(132)	Sem Vencimento	4.211	428	(3.783)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	136.361	(3.587)	Sem Vencimento	139.948	226.718	86.770	Sem Vencimento
Títulos Dados em Garantia (1)	383.734	382.742	(992)		279.532	278.567	(965)	
Letras Financeiras do Tesouro	379.297	379.358	61	2013 a 2018	275.236	275.268	32	2013 a 2027
Títulos Públicos Federais – Outros	664	-	(664)	1993	614	-	(614)	1993
Títulos Públicos Federais – FCVS	108	85	(23)	2027	-	-	-	-
Debêntures	3.665	3.299	(366)	2018	3.682	3.299	(383)	2018
Total da Categoria	10.872.214	11.028.442	156.228		9.965.753	10.049.334	83.581	
Crédito Tributário (Nota 21.b)	-	-	134.442		-	-	23.453	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	-	-	(196.933)		-	-	(56.885)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	93.737		-	-	50.149	

(1) Composição: Garantias de Operações em Bolsa - R\$ 148.277 (R\$ 156.654 em 31.12.2011); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação - R\$ 1.678 (R\$ 1.546 em 31.12.2011); Garantias em Processos Judiciais - R\$ 217.510 (R\$ 117.816 em 31.12.2011); e Demais Garantias - R\$ 15.277 (R\$ 22.551 em 31.12.2011).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCLE910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001. Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o valor de R\$ 156.228 (R\$ 83.581 em 31.12.2011). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 93.737 (R\$ 50.149 em 31.12.2011).

a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor de Custo	Valor Contábil	Faixa de Vencimento	Valor de Custo	Valor Contábil	Faixa de Vencimento
Títulos de Renda Fixa	21.081	21.081		13.559	13.559	
Cotas Fundo de Investimento-Ne.Empreendedor	2.020	2.020	2013	1.691	1.691	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	247	247	2013 a 2014	453	453	2012 a 2014
Cotas Fundo Investimento Criatec	11.974	11.974	2017	8.609	8.609	2017
FIP Brasil Agronegócios	6.840	6.840	2018	2.806	2.806	2018
Total da Categoria	21.081	21.081		13.559	13.559	

a.4) No exercício de 2012 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;
- 3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	213.545	394.521	350.862
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	4.927	18.311	32.476
Títulos de Renda Fixa	410.124	907.097	976.902
Títulos de Renda Variável	3.668	6.807	5.288
Total	632.264	1.326.736	1.365.528

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2012, o Banco possui operações de *swap*, que se encontram registradas na Cetip, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial, nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.12.2012								
Especificação	Vr. Nominal	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	193.611	-	137.066	56.545	56.545	-	56.545
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	194.672	29	8.589	-	(5.498)	109	5.607	(5.498)
Total	1.282.307	193.640	8.589	137.066	51.047	56.654	5.607	51.047
Crédito Tributário (Nota 21.b)								2.243
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(22.662)

Composição em 31.12.2011								
Especificação	Vr. Nominal	Valor de Mercado		Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		A Receber	A Pagar	A Receber	A Pagar	Positivo	Negativo	
Posição Ativa								
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	44.769	-	44.338	-	431	-	431
Posição Passiva								
Taxa Prefixada	360.759	125	21.128	125	7.147	-	13.981	(13.981)
Total	869.779	44.894	21.128	44.463	7.147	431	13.981	(13.550)
Crédito Tributário (Nota 21.b)								-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								-

Especificação	31.12.2012		31.12.2011	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	402	9	580
3 a 12 meses	-	1.782	25	7.035
1 a 3 anos	121.537	5.198	56	10.639
3 a 5 anos	29	1.207	44.804	2.874
5 a 15 anos	72.074	-	-	-
Total	193.640	8.589	44.894	21.128

c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado (*Hedge Accounting*)

Especificação	31.12.2012				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.236.368	1.099.301	1.325.291	1.131.679	56.545
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	1.233.631		1.325.882		92.251

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos tributários no valor de R\$ 1.076 sobre os juros da operação.

Especificação	31.12.2011				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira Dólar	561.870	517.532	562.301	517.532	431
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva ⁽¹⁾		Valor de Mercado ⁽¹⁾		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	565.687		566.823		1.136

⁽¹⁾ Líquido dos efeitos tributários no valor de R\$ 421 sobre os juros da operação.

A operação foi avaliada como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Considerando que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge* (*Eurobonds – Senior Unsecured Notes*) e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

c.2) Demais Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2012				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	213.189	216.250	218.139	226.698	(5.498)

Especificação	31.12.2011				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	Ativo CDI	Passivo Taxa Prefixada	
Taxa Prefixada – Posição Passiva	432.263	439.285	432.263	453.266	(13.981)

c.3) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	-	8.472
Total	-	8.472

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
Swap	(4.286)	109.979	25.660
Total	(4.286)	109.979	25.660

[Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.]

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

a) Créditos Vinculados

Especificação	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios – Poupança	262.606	-	262.606	223.654	-	223.654
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	43.768	-	43.768	36.909	-	36.909
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	60.045	(22.889)	37.156	56.892	(24.523)	32.369
Tesouro Nacional - Crédito Rural	7.370	(1.176)	6.194	6.632	(1.226)	5.406
Total	373.789	(24.065)	349.724	324.087	(25.749)	298.338
Saldo de Curto Prazo	313.741	(1.176)	312.565	266.773	(1.226)	265.547
Saldo de Longo Prazo	60.048	(22.889)	37.159	57.314	(24.523)	32.791

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	7.047	14.559	15.189
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	1.530	3.153	3.467
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	35	63	106
Desvalorização de Créditos Vinculados	(434)	1.733	1.400
Total	8.178	19.508	20.162

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	11.323.086	(798.757)	11.212.168	(621.838)
Curto Prazo	5.199.136	(423.675)	5.251.775	(301.060)
Longo Prazo	6.123.950	(375.082)	5.960.393	(320.778)
Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)	699.792	(34.225)	586.892	(8.222)
Curto Prazo	607.699	(29.913)	147.451	(3.555)
Longo Prazo	92.093	(4.312)	439.441	(4.667)
Total	12.022.878	(832.982)	11.799.060	(630.060)

a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Adiantamentos a Depositantes	273	90
Empréstimos	5.038.759	5.002.849
Títulos Descontados	95.074	175.036
Financiamentos	2.019.435	1.968.974
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	334.816	275.591
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	443.895	473.643
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.575.278	1.466.409
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾ (Nota 28.b)	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.815.313	1.849.333
Subtotal de Operações de Crédito	11.323.086	11.212.168
Avais e Fianças Honrados	16	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.335	12.866
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.545	1.517
Títulos e Créditos a Receber	33.314	3.348
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾ (Nota 11.a)	540.285	569.161
Créditos Vinculados de Operações Adquiridos em Cessão	111.297	-
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	699.792	586.892
Total	12.022.878	11.799.060

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
Empréstimos e Títulos Descontados	425.032	914.713	888.272
Financiamentos	256.609	651.418	614.342
Financiamentos Rurais e Agroindustriais ⁽¹⁾	424.660	499.965	149.610
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	69.967	111.356	120.472
Avais e Fianças Honrados	-	-	2
Outros Valores	52	726	(55)
Total	1.176.320	2.178.178	1.772.643

⁽¹⁾ Em 2012 foi registrado em Rendas de Financiamentos Rurais e Agroindustriais o montante de R\$ 347.345(não houve atualização em 2011), referente à atualização do IGP-M sobre o saldo devedor das operações renegociadas com base na Resolução do CMN nº 2.471, de 26.02.1998.

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.12.2012	Total em 31.12.2011
Rural	8.346	11.427	6.643	36.329	45.248	1.429.271	1.537.264	1.417.533
Indústria	69.901	86.116	49.037	224.658	278.685	1.433.401	2.141.798	3.086.085
Governo	6.325	6.600	19.404	18.984	51.316	1.262.791	1.365.420	1.331.046
Outros Serviços	602.834	401.777	335.077	1.132.974	472.447	1.421.349	4.366.458	2.981.119
Comércio	122.813	110.264	67.984	454.700	425.831	308.603	1.490.195	2.201.748
Intermediários Financeiros	4.964	4.604	4.799	13.924	28.380	160.775	217.446	261.179
Habitação	1.196	773	633	1.033	171	19	3.825	243
Pessoas Físicas	4.428	3.804	2.853	11.968	9.019	20.999	53.071	45.541
Total	820.807	625.365	486.430	1.894.570	1.311.097	6.037.208	11.175.477	11.324.494

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 31.12.2012	Total em 31.12.2011
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	546	53	47	1.703	4.744	10.425	17.518	18.542
Indústria	5.316	5.633	4.201	17.741	24.796	42.035	99.722	63.854
Outros Serviços	10.129	10.461	7.224	23.208	29.508	85.450	165.980	74.589
Comércio	7.833	6.903	6.561	18.656	24.264	39.089	103.306	106.537
Intermediários Financeiros	117	128	162	459	806	620	2.292	3.840
Habitação	13	12	9	10	-	-	44	-
Pessoas Físicas	359	419	233	922	1.056	1.218	4.207	4.057
Total	24.313	23.609	18.437	62.699	85.174	178.837	393.069	271.419

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 31.12.2012	Total em 31.12.2011
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		
Rural	21	3.036	4.959	2.090	6.950	2.561	15.752	35.369
Indústria	2.019	54.936	51.440	5.858	26.836	18.384	136	159.609
Outros Serviços	3.328	7.307	12.310	19.432	66.165	40.594	4.565	153.701
Comércio	1.980	7.840	14.099	8.461	29.190	32.323	2.004	95.897
Intermediários Financeiros	-	119	113	115	2.478	675	1.094	4.594
Habitação	-	12	5	4	-	1	-	22
Pessoas Físicas	44	392	1.004	343	1.322	1.915	120	5.140
Total	7.392	73.642	83.930	36.303	132.941	96.453	23.671	454.332

c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	31.12.2012				31.12.2011			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.227.863	-	3.227.863	-	3.315.259	-	3.315.259	-
A	4.606.780	-	4.606.780	23.034	5.094.425	-	5.094.425	25.472
B	2.195.279	30.772	2.226.051	22.260	2.218.403	34.180	2.252.583	22.526
C	539.012	162.347	701.359	21.041	261.866	41.691	303.557	9.106
D	140.787	61.917	202.704	20.270	139.191	50.527	189.718	18.972
E	127.966	148.345	276.311	82.893	32.618	43.662	76.280	22.884
F	133.261	64.891	198.152	99.076	16.203	24.800	41.003	20.502
G	13.973	50.194	64.167	44.917	28.007	24.117	52.124	36.487
H	190.556	328.935	519.491	519.491	218.522	255.589	474.111	474.111
Total	11.175.477	847.401	12.022.878	832.982	11.324.494	474.566	11.799.060	630.060

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Exercício

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Saldo Inicial	630.060	652.918
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	614.291	215.557
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	(411.369)	(238.415)
(=) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	832.982	630.060
Saldo Inicial	46.064	31.706
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	599	19.933
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	(94)	(5.575)
(=) Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)	46.569	46.064
(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	879.551	676.124

e) **Composição do Saldo da Despesa de Provisão**

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	349.103	581.565	265.187
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	24.799	32.726	4.861
(-) Reversões de Provisões Operacionais	-	-	(54.491)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito	373.902	614.291	215.557
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	187	505	19.352
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	-	-	-
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	374.089	614.796	234.909

f) No exercício foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 111.356 (R\$ 120.472 em 31.12.2011) e as renegociações importaram em R\$ 731.498 (R\$ 750.172 em 31.12.2011).

g) **Recuperação de Créditos com Base Legal**

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 31.12.2012, um efeito positivo no valor de R\$ 81.192 (R\$ 209.488 em 31.12.2011), a seguir demonstrados. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
Efetivação de Rendas	18.744	32.052	72.772
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	15.732	28.828	53.186
Despesas com Deságios	(3.866)	(7.138)	(24.117)
Efeito Líquido de Provisões	18.505	27.450	107.647
Total	49.115	81.192	209.488

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
a) Créditos por Avais e Fianças Honrados	15	-
b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)	592.978	641.071
c) Rendas a Receber	25.434	22.902
d) Negociação e Intermediação de Valores	4	-
e) Diversos	2.364.301	1.280.317
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	954.532	250.629
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	173.585	23.453
Devedores por Depósitos em Garantia	683.936	644.977
Impostos e Contribuições a Compensar	208.888	207.830
Decorrentes de Antecipação - IN SRF nº 90/92	200.754	200.124
Outros Valores	8.134	7.706
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	33.314	3.348
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.650	2.095
Pagamentos a Ressarcir	9.905	8.246
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	3.687	4.843
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	7.793	26.648
Outros Valores	260.263	81.500
f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(80.794)	(54.286)
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(34.225)	(8.222)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.569)	(46.064)
Total	2.901.938	1.890.004
Saldo de Curto Prazo	2.100.029	1.778.988
Saldo de Longo Prazo	801.909	111.016

NOTA 11 – Carteira de Câmbio

a) Composição

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	561.941	627.494
Direitos sobre Vendas de Câmbio	21.677	762
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(3.975)	(51)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	13.335	12.866
Ativo Circulante (Nota 10.b)	592.978	641.071
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	550.656	569.584
Câmbio Vendido a Liquidar	21.637	765
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(540.285)	(569.161)
Passivo Circulante (Nota 16.b)	32.008	1.188

b) Resultado de Câmbio

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
Rendas de Câmbio	58.469	166.102	164.406
Despesas de Câmbio	(343)	(653)	(535)
Total	58.126	165.449	163.871

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 31.12.2012			31.12.2012		
	Saldo Contábil	Movimentações	Adições	Exclusões	Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações e Cotas	652	-	-	-	652	652	-	652
Bens Artísticos e Valiosos	916	158	(6)	(6)	1.068	1.068	-	1.068
Total	1.568	158	(6)	(6)	1.720	1.720	-	1.720

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 31.12.2012				31.12.2012		
	Saldo Contábil	Movimentações (2)	Adições	Exclusões	Depreciação	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Edificações	100.517	15.620	(921)	(9.403)	(9.403)	105.813	240.843	(135.030)	105.813
Sistema de Processamento de Dados	23.151	17.828	(2.078)	(8.068)	(8.068)	30.833	84.238	(53.405)	30.833
Móveis e Equipamentos de Uso	22.087	5.920	(1.212)	(3.696)	(3.696)	23.099	55.030	(31.931)	23.099
Terrenos	17.025	-	-	-	-	17.025	17.025	-	17.025
Instalações	7.259	932	(56)	(1.454)	(1.454)	6.681	17.043	(10.362)	6.681
Sistema de Comunicação	139	6	(25)	(6)	(6)	114	405	(291)	114
Imobilização em Curso (1)	4.206	1.128	(125)	-	-	5.209	5.209	-	5.209
Sistema de Segurança	4.867	2.916	(262)	(883)	(883)	6.638	13.598	(6.960)	6.638
Sistema de Transporte	6.318	-	-	(2.824)	(2.824)	3.494	16.121	(12.627)	3.494
Total	185.569	44.350	(4.679)	(26.334)	(26.334)	198.906	449.512	(250.606)	198.906

(1) Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

(2) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo imobilizado.

c) Diferido

Especificação	31.12.2011		01.01.2012 a 31.12.2012			31.12.2012			
	Saldo Contábil	Movimentações (1)	Adições	Exclusões	Amortização	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Gastos em Imóveis de Terceiros	1.695	-	-	(1.651)	892	936	2.932	(1.996)	936
Gastos com Aquisição Desenvolvimento de Logísticos	8	-	-	(33)	26	-	7	(7)	-
Total	1.703	-	(33)	(1.684)	918	936	2.939	(2.003)	936

(1) Não há registro de provisão para imparidade sobre o ativo diferido.

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos à Vista	134.018	183.624
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	23.182	28.344
Depósitos de Governos	14.256	32.763
Depósitos Vinculados	61.875	44.610
Pessoas Jurídicas	21.824	63.739
Pessoas Físicas	11.548	11.978
Outros Valores	1.333	2.190
Depósitos de Poupança	1.615.970	1.329.994
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	987.872	839.805
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	627.331	489.013
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	767	1.176
Depósitos Interfinanceiros	672.027	588.986
Depósitos a Prazo	7.399.424	6.861.895
Depósitos a Prazo	5.411.838	5.000.379
Depósitos Judiciais com Remuneração	741.822	567.361
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis (Nota 27)	101.634	50.795
Proger Urbano	4.416	13.293
Pronaf	-	262
Protrabalho	2.049	3.320
Infraestrutura	37.398	20.404
Estiagem	161	84
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	57.610	13.432
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados (Nota 27)	559.375	571.594
Proger Urbano	63.028	62.810
Pronaf	-	561
Protrabalho	133.046	159.624
Infraestrutura	214.391	249.455
Estiagem	7.126	9.838
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	141.784	89.306
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	584.007	670.169
Outros Valores	748	1.597
Total	9.821.439	8.964.499
Saldo de Curto Prazo	4.772.938	5.115.979
Saldo de Longo Prazo	5.048.501	3.848.520

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Carteira Própria	663.719	670.444
Letras Financeiras do Tesouro	663.719	670.444
Carteira de Terceiros	156.796	33.929
Letras Financeiras do Tesouro	156.796	33.929
TOTAL	820.515	704.373
Saldo de Curto Prazo	738.598	637.812
Saldo de Longo Prazo	81.917	66.561

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
Despesas de Captações com Depósitos	(374.754)	(923.523)	(973.088)
Depósitos a Prazo	(184.237)	(402.318)	(550.126)
Depósitos de Poupança	(31.930)	(64.939)	(66.127)
Depósitos Judiciais	(23.511)	(47.144)	(35.698)
Depósitos Interfinanceiros	(8.651)	(16.074)	(19.658)
Depósitos Especiais - FAT	(39.806)	(87.712)	(111.196)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(81.618)	(295.639)	(180.822)
Outros Depósitos	(5.001)	(9.697)	(9.461)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(31.691)	(68.002)	(75.652)
Carteira de Terceiros	(5.371)	(10.525)	(10.473)
Carteira Própria	(26.320)	(57.477)	(65.179)
Total	(406.445)	(991.525)	(1.048.740)

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.12.2012	Total em 31.12.2011
Empréstimos no País	-	17.912	17.912	-	-	-	35.824	49.532
Empréstimos no Exterior	159.432	648.845	-	-	-	-	808.277	833.257
Repasses do País	33.273	88.496	273.947	364.564	569.905	256.016	1.586.201	1.286.685
Repasses do Exterior	14.918	73.436	180.196	184.170	356.605	15.870	825.195	840.392
Total	207.623	828.689	472.055	548.734	926.510	271.886	3.255.497	3.009.866
Saldo de Curto Prazo							1.036.312	1.104.486
Saldo de Longo Prazo							2.219.185	1.905.380

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	35.824	49.532
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	808.277	833.257
Total		844.101	882.789
Saldo de Curto Prazo		826.189	849.768
Saldo de Longo Prazo		17.912	33.021

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2012	31.12.2011
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	809	992
BNDES		1.435.621	1.152.894
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	1.060.969	919.432
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	374.652	233.462
Finame		149.771	132.799
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	132.471	116.710
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	17.300	16.089
Total		1.586.201	1.286.685
Saldo de Curto Prazo		121.769	173.427
Saldo de Longo Prazo		1.464.432	1.113.258

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.12.2012	31.12.2011
BID-Prodetur	USD + 0,99 ou 2,05	818.298	833.307
BID-Outros Programas	USD + 0,99	6.690	6.703
Outros Programas	USD + 6,0	207	382
Total		825.195	840.392
Saldo de Curto Prazo		88.354	81.291
Saldo de Longo Prazo		736.841	759.101

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(1.569)	(3.594)	(4.604)
Obrigações por Empréstimos no País	(1.569)	(3.594)	(4.604)
Despesas de Obrigações por Repasses	(80.150)	(400.995)	(250.727)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(63.563)	(242.529)	(93.619)
Tesouro Nacional	(21)	(27)	(74)
BNDES	(60.055)	(236.223)	(84.911)
Finame	(3.487)	(6.279)	(3.618)
Outras Instituições	-	-	(5.016)
Despesas de Repasses do Exterior	(16.587)	(158.466)	(157.108)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(13.454)	(141.260)	(137.402)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(216.320)	(451.402)	(454.219)
Total	(311.493)	(997.251)	(846.952)

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 31.12.2012 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2012 ⁽²⁾	Valor de Mercado em 31.12.2011 ⁽²⁾
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	616.719	647.714	567.244
Eurobonds – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	617.988	679.244	-
Total				600.000	1.234.707	1.326.958	567.244
Saldo de Curto Prazo						8.607	3.368
Saldo de Longo Prazo						1.318.351	563.876

⁽¹⁾ As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

⁽²⁾ Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	31.12.2012	31.12.2011
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽¹⁾	91,03 CDI	198.692	67.287	196.364
Saldo de Curto Prazo			66.869	196.364
Saldo de Longo Prazo			418	-

⁽¹⁾ Título com prazo médio de vencimento de 226 dias.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.154	4.805
Recursos do Proagro	118	114
IOF a Recolher	2.927	4.601
Outros Tributos e Assemelhados	109	90
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	32.008	1.188
c) Sociais e Estatutárias	95.061	12.254
Dividendos e Bonificações a Pagar	65.066	342
Participações nos Lucros	29.663	11.912
Outros Tributos e Assemelhados	332	-
d) Fiscais e Previdenciárias	825.052	525.820
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	118.345	112.578
Impostos e Contribuições	82.258	82.269
Causas Fiscais	36.087	30.309
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)	227.740	66.561
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	219.595	56.885
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	8.145	9.676
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a)	401.577	298.477
Imposto de Renda ⁽¹⁾	246.087	182.080
Contribuição Social ⁽²⁾	155.490	116.397
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	77.390	48.204
e) Negociação e Intermediação de Valores	68	-
f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.679.378	4.720.077
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	6.534.337	4.578.226
Outros Valores	145.041	141.851
g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)	1.202.392	1.137.872
h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)	1.332.382	1.216.319
i) Diversas	3.719.705	3.017.118
Provisão para Passivos Contingentes	2.145.730	1.767.867
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	179.319	182.824
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	106.080	106.653
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	258	140
FNE (Nota 22.e.vii)	1.820.070	1.386.807
Repasse	1.308	1.149
Risco Integral	99.149	91.376
Risco Compartilhado	1.719.613	1.294.282
FDNE (Nota 22.e.viii)	420	1.593
Proagro (Nota 22.e.ix)	3.388	3.299
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.e.x)	36.195	86.551
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.493.127	1.131.570

Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 600 (Nota 25.f)	1.327.310	985.408
Plano de Aposentadoria e Pensão (Nota 29.a.2)	576.635	457.916
Plano de Aposentadoria e Pensão CV I (Nota 29.a.2)	99	-
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	750.576	527.492
Despesa de Pessoal	131.998	114.564
Outros Valores	33.819	31.598
Outros Valores	80.848	117.681
Total	13.889.200	10.635.453
Saldo de Curto Prazo	3.953.248	2.675.384
Saldo de Longo Prazo	9.935.952	7.960.069

⁽¹⁾ Em 31.12.2012, inclui o valor complementar de R\$ 281 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2011.

⁽²⁾ Em 31.12.2012, inclui o valor complementar de R\$ 162 referente ao ajuste anual do ano calendário de 2011.

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28g.ii)	1.000.000	IPCA+6,5715% a.a.	22.12.2010	1.202.392	1.137.872
Saldo de Curto Prazo				74.143	70.164
Saldo de Longo Prazo				1.128.249	1.067.708

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.332.382	1.216.319
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	433.857	328.126
Recursos aplicados ⁽²⁾	898.525	888.193
Total (Nota 28.g.ii)	1.332.382	1.216.319

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.03.2012, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 132.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.010.000 para R\$ 2.142.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Bacen.

Composição em 31.12.2012

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB-CAPEF	269.723	110.515	380.238	0,56	0,44
Outros	146.069	660.157	806.226	0,30	0,93
Total	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2011

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 22.904 (R\$ 25.198 em 31.12.2011) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no exercício importa em R\$ 2.294 (R\$ 2.866 em 31.12.2011) e compõe a base de distribuição do resultado.

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.12.2012, representam, respectivamente, R\$ 19,00 e R\$ 20,28 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo, de 35,02% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. Por conta dessa proposição, e

considerando o pagamento antecipado de dividendos e JCP do 1º semestre, foi contabilizado, em conta de Provisão, o importe de R\$ 126.199, referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e R\$ 61.521 em conta de Reserva de Lucros – Dividendos Adicionais Propostos, conforme disposições da Carta Circular Bacen nº 3.516, de 21.07.2011.

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
1. Lucro Líquido do Exercício	508.363	314.799
2. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	2.294	2.397
3. Lucro Líquido Ajustado	510.657	317.196
4. Reserva Legal Constituída	(25.418)	(15.740)
5. Participações nos Lucros e Resultados dos Empregados (Nota 24)	59.184	36.635
6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio	544.423	338.091
7. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no exercício	132.273	73.526
8. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(144)	(99)
9. JCP imputados aos dividendos (item 7 + item 8)	132.129	73.427
10. JCP antecipado corrigido pela taxa Selic	(68.827)	(66.478)
11. JCP complementar (item 7 + item 10)	63.446	7.048
12. Dividendos propostos no exercício	58.388	95.700
13. Dividendos antecipados corrigidos pela taxa Selic	(57.051)	(95.700)
14. Dividendos complementares (item 12 + item 13)	1.337	-
15. Total Destinado aos acionistas (item 7 + item 12) – 35,0207%	190.661	169.226
- JCP de R\$ 1,45605887692 por ação ordinária (em 31.12.2011: JCP de R\$ 0,80937744879 por ação ordinária)	70.585	39.236
- JCP de R\$ 1,601664764377 por ação preferencial (em 31.12.2011: JCP de R\$ 0,890315193449 por ação preferencial)	61.688	34.290
- Dividendos de R\$ 0,64273471246 por ação ordinária (em 31.12.2011: Dividendos de R\$ 1,05345972612 por ação ordinária)	31.158	51.069
- Dividendos de R\$ 0,707008183724 por ação preferencial (em 31.12.2011: Dividendos de R\$ 1,15880569878 por ação preferencial)	27.230	44.631

Para as ações preferenciais foram calculados dividendos e juros sobre o capital próprio 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso “I” do artigo 17 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001 e o disposto no parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social do Banco.

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em despesas, mas para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos juros sobre o capital próprio no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 52.115 (R\$ 27.972 em 31.12.2011).

A participação dos empregados nos lucros foi adicionada à base de cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio como determina o artigo 2º da Resolução nº 10, de 30.05.1995, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – CCE.

NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
a) Receitas de Prestação de Serviços	681.061	1.391.602	1.327.021
Administração de Fundos de Investimentos	9.070	17.239	14.298
Administração de Fundos e Programas	556.484	1.160.600	1.106.150
Prestação de Serviços	115.507	213.763	206.573
b) Rendas de Tarifas Bancárias	15.622	29.057	24.735
c) Despesas de Pessoal	(730.172)	(1.461.837)	(1.081.293)
Proventos	(347.344)	(663.334)	(606.229)
Encargos Sociais	(129.101)	(245.330)	(235.373)
Plano de Aposentadoria e Pensão (Nota 25.g)	(107.363)	(201.979)	(44.147)
Plano de Assistência Médica (Nota 25.g)	(94.643)	(253.049)	(109.239)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(51.721)	(98.145)	(86.305)
d) Outras Despesas Administrativas	(405.206)	(824.986)	(775.242)
Processamento de Dados	(69.052)	(143.152)	(124.484)
Propaganda e Publicidade	(7.604)	(22.036)	(29.309)
Serviços de Terceiros	(154.856)	(299.651)	(259.067)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(20.662)	(41.747)	(44.698)
Viagens	(7.467)	(15.475)	(14.623)
Comunicações	(17.238)	(32.907)	(30.519)
Depreciação e Amortização	(14.711)	(29.212)	(27.346)
Manutenção e Conservação de Bens	(17.784)	(33.470)	(31.612)
Vigilância, Segurança e Transporte	(21.362)	(40.274)	(32.770)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(13.094)	(21.874)	(19.874)
Serviços do Sistema Financeiro	(9.819)	(18.327)	(19.417)
Serviços Técnicos Especializados	(15.109)	(37.139)	(34.580)
Seguros	(2.235)	(4.395)	(4.150)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocáticos	(14.955)	(38.088)	(50.248)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(624)	(1.327)	(894)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(2.020)	(3.955)	(3.586)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(5.200)	(19.200)	(19.200)
Outros Valores	(11.414)	(22.757)	(28.865)
e) Despesas Tributárias	(118.932)	(215.202)	(188.995)
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(109.965)	(198.161)	(173.177)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.889)	(15.027)	(14.423)
Outros Valores	(1.078)	(2.014)	(1.395)
f) Outras Receitas Operacionais	617.517	1.431.569	1.164.760
<i>Del credere</i> de Fundos Administrados	471.902	926.764	825.511
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	8	205.221	105.615
Reversão de Provisão Operacional sobre riscos com operações do FNE	-	-	11
Recuperação de Encargos e Despesas	5.462	8.644	10.871
Reversão de Provisões Operacionais	55.820	119.515	2.310
Juros e Comissões	338	814	899
Correção Monetária	8.378	9.041	6.650
Resultado da Marcação a Mercado	9.368	9.368	39.074
Atualização Monetária de Tributos	-	-	218
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	41.563	64.621	87.628
Outros Valores	24.678	87.581	85.973
g) Outras Despesas Operacionais	(618.163)	(1.301.411)	(1.019.815)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(463)	(4.750)	(5.188)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(31.513)	(187.509)	(82.425)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(80)	(83)	(1.052)
Descontos Concedidos em Renegociações	(3.472)	(6.229)	(48.509)
Encargos de Operações de Crédito	(8.229)	(12.449)	(12.513)
Riscos Fiscais	(7.092)	(8.916)	(12.881)
Riscos com Operações do FNE	(404.803)	(699.670)	(429.782)
Riscos com Operações do FDNE	-	(322)	(1.316)
Causas Trabalhistas	(6.900)	(26.188)	(32.821)
Causas Cíveis	(11.697)	(25.786)	(20.584)
Outras Causas	(155)	(158)	(96)
Outros Passivos Contingentes	(101)	(56.097)	(86.551)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(77.283)	(137.139)	(135.550)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(13.323)	(27.980)	(34.892)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(44.489)	(88.083)	(79.579)
Outros Valores	(8.563)	(20.052)	(36.076)
Total	(558.273)	(951.208)	(548.829)

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no Exercício de 2012 foi de R\$ 244.850 (R\$ 181.082 em 31.12.2011) e a de Contribuição Social foi de R\$ 154.755 (R\$ 115.798 em 31.12.2011).

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	253.203	675.479	253.203	675.479
Participações Estatutárias s/Lucro (PLR)	(65.619)	(37.077)	(65.619)	(37.077)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(132.273)	(73.526)	(132.273)	(73.526)
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	55.311	564.876	55.311	564.876
Adições/Exclusões Permanentes	(37.152)	(51.043)	(37.382)	(51.252)
Adições/Exclusões Temporárias	1.017.589	262.354	1.017.589	262.354
Resultado Tributável antes das Compensações	1.035.748	776.187	1.035.518	775.978
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Resultado Tributável após Compensações	1.035.748	776.187	1.035.518	775.978
Despesas de Provisão de IRPJ (25%) ⁽¹⁾ e CSLL (15%) - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(258.913)	(194.022)	(155.328)	(116.397)
Deduções (Incentivos Fiscais)	13.106	11.942	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	957	998	573	599
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(244.850)	(181.082)	(154.755)	(115.798)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidas - IFD	(14.165)	-	(8.497)	-
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	439.940	(16.702)	263.963	(10.021)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – IFD e Item Objeto de Hedge	24.465	-	14.678	-
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	205.390	(197.784)	115.389	(125.819)
% do total das despesas de tributos em relação ao Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(81,12%)	29,28%	(45,57%)	18,63%
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	244.850	181.082	154.755	115.798
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	956	998	573	599
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	245.806	182.080	155.328	116.397
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(138.400)	(138.032)	(64.323)	(63.743)
Valor dos Tributos a Recolher do Exercício	107.406	44.048	91.005	52.654

⁽¹⁾ Aplica-se sobre a base tributável a alíquota de 15% referente ao IR devido + alíquota de 10% como adicional de IR ao que exceder o limite anual de R\$ 240.

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

Em 2012, o Banco constituiu créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas em operações de crédito realizadas com recursos do FNE, das provisões referentes ao passivo atuarial com planos de benefícios pós-emprego de previdência complementar e assistência médica e de ajustes a valor de mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos. Foram excluídas das bases das diferenças temporárias, aqueles ajustes que não se enquadram nos critérios de realização estabelecidos pelo Bacen.

De acordo com as Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2011 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	31.12.2012								
	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge ⁽¹⁾	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge ⁽¹⁾	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge ⁽¹⁾
Saldo Final em 31.12.2011	156.634	14.658	-	93.995	8.795	-	250.629	23.453	-
(+) Constituição/ (-) Real. de Créditos	439.940	69.368	24.465	263.963	41.621	14.678	703.903	110.989	39.143
Saldo Final em 31.12.2012	596.574	84.026	24.465	357.958	50.416	14.678	954.532	134.442	39.143

⁽¹⁾ Saldo Final de 31.12.2012 de IFD é R\$ 2.243 e do Item Objeto de Hedge R\$ 36.900.

Especificação	31.12.2011								
	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge	Provisões	TVM	IFD e Item Objeto de Hedge
Saldo Inicial em 31.12.2010	173.336	8.671	-	104.016	5.202	-	277.352	13.873	-
(+) Constituição/(-)Real. de Créditos	(16.702)	5.987	-	(10.021)	3.593	-	(26.723)	9.580	-
Saldo Final em 31.12.2011	156.634	14.658	-	93.995	8.795	-	250.629	23.453	-

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em "OUTROS CRÉDITOS-Diversos", apresenta a seguinte composição:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Total das Diferenças Temporárias	4.687.741	3.321.341	4.687.741	3.321.341
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.171.935	830.336	703.161	498.201
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	596.574	156.634	357.958	93.995
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	108.491	14.658	65.094	8.795
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3+ item 4)	705.065	171.292	423.052	102.790
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽¹⁾	466.870	659.044	280.109	395.411

⁽¹⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões na posição de 31.12.2012, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic - Média ⁽¹⁾	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2013	7,33	171.681	161.215	103.008	96.728	274.689	257.943
2014	8,23	94.350	83.922	56.610	50.353	150.960	134.275
2015	8,58	46.518	41.097	27.911	24.658	74.429	65.755
2016	8,27	88.418	70.470	53.051	42.282	141.469	112.752
2017	7,99	195.607	139.876	117.378	83.936	312.985	223.812
TOTAL		596.574	496.580	357.958	297.957	954.532	794.537

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over - selic média, projetadas pelo Bacen na data de 11.01.2013.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e dos Instrumentos Financeiros Derivativos apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nº 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos

Período	Realização do Crédito de IR	Realização do Crédito de CSLL	Total
2013	28.295	16.977	45.272
2014	3.033	1.820	4.853
2015	13.547	8.127	21.674
2016	47.180	28.309	75.489
2017	2	1	3
2018 a 2020	16.044	9.626	25.670
2021 a 2023	4	2	6
2027 a 2029	386	232	618
TOTAL	108.491	65.094	173.585

c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	31.12.2012								
	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	TVM	IFD	Res. de Reaval.	TVM	IFD	Res. de Reaval.	TVM	IFD	Res. de Reaval.
Saldo Inicial em 31.12.2011	35.553	-	6.048	21.332	-	3.628	56.885	-	9.676
(+)Constituição/ (-) Realização de Créditos	87.529	14.165	(958)	52.519	8.497	(573)	140.048	22.662	(1.531)
Saldo Final em 31.12.2012	123.082	14.165	5.090	73.851	8.497	3.055	196.933	22.662	8.145

Especificação	31.12.2011								
	Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	TVM	IFD	Res. de Reaval.	TVM	IFD	Res. de Reaval.	TVM	IFD	Res. de Reaval.
Saldo Inicial em 31.12.2010	29.558	-	7.139	17.735	-	4.284	47.293	-	11.423
(+)Constituição/ (-) Realização de Créditos	5.995	-	(1.091)	3.597	-	(656)	9.592	-	(1.747)
Saldo Final em 31.12.2011	35.553	-	6.048	21.332	-	3.628	56.885	-	9.676

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários e sobre os Instrumentos Financeiros Derivativos apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com os vencimentos dos títulos e sobre a reserva de reavaliação, quando de sua realização.

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2013	21.340	12.805	34.145
2014	962	577	1.539
2015	5.467	3.280	8.747
2016	977	587	1.564
2017	1.146	687	1.833
2018 a 2020	10.601	6.361	16.962
2050 a 2052	101.845	61.105	162.950
Total	142.338	85.402	227.740

d) Despesas Tributárias

Especificação	2º Sem/2012	31.12.2012	31.12.2011
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(109.965)	(198.161)	(173.177)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(7.889)	(15.027)	(14.423)
Outros Valores	(1.078)	(2.014)	(1.395)
Total	(118.932)	(215.202)	(188.995)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco guardam conformidade com as disposições legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

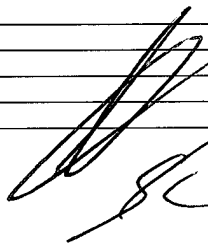
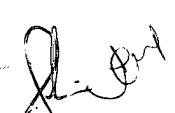
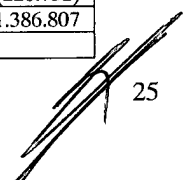


- d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota.

Especificação	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
a) PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)				
a.1) Impostos e Contribuições -Obrigação Legal	82.258	82.258	82.269	82.269
a.2) Causas Fiscais	989.961	36.087	850.647	30.309
i) Obrigação Legal	655	655	1.063	1.063
ii) Outras Obrigações-Diversas	989.306	35.432	849.584	29.246
Provável	35.432	35.432	29.246	29.246
Possível	730.784	-	617.180	-
Remota	223.090	-	203.158	-
b) PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.i)				
b.1) Causas Trabalhistas	287.462	179.319	263.035	182.824
Provável	179.319	179.319	182.824	182.824
Possível	35.504	-	31.463	-
Remota	72.639	-	48.748	-
b.2) Causas Cíveis	2.970.422	106.080	2.519.657	106.653
Provável	106.080	106.080	106.653	106.653
Possível	504.709	-	467.538	-
Remota ⁽¹⁾	2.359.633	-	1.945.466	-
b.3) Outras Causas	1.382	258	697	140
Provável	258	258	140	140
Possível	1.091	-	556	-
Remota	33	-	1	-

⁽¹⁾ O montante da contingência passiva relacionada às causas cíveis classificada com risco remoto e a respectiva estimativa de perda financeira está concentrado nos seguintes processos: a) pagamento de contribuição extra referente a benefício de previdência complementar – Capef - R\$ 696.964 (R\$ 584.089 em 31.12.2011); b) repetição de indébito- R\$ 264.477 (R\$ 221.644 em 31.12.2011); c) indenização por danos morais e materiais - R\$ 186.155 (R\$ 156.007 em 31.12.2011); e d) pagamento de multa e indenização por danos morais - R\$ 150.530 (R\$ 126.151 em 31.12.2011). Somados os referidos processos apresentaram saldo de contingência passiva na ordem de R\$ 1.298.126 (R\$ 1.087.891 em 31.12.2011).

e) Movimentação das Provisões

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.269	74.847
Constituição	1.742	8.933
Reversão/Utilização/Baixa	(1.753)	(1.511)
Saldo Final	82.258	82.269
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	1.063	551
Constituição	157	512
Reversão/Utilização/Baixa	(565)	-
Saldo Final	655	1.063
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	29.246	26.127
Constituição	6.269	4.916
Reversão/Utilização/Baixa	(84)	(1.797)
Saldo Final	35.431	29.246
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	182.824	161.863
Constituição	33.983	34.203
Reversão/Utilização/Baixa	(37.488)	(13.242)
Saldo Final (Nota 16.i)	179.319	182.824
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.653	92.970
Constituição	52.148	23.836
Reversão/Utilização/Baixa	(52.721)	(10.153)
Saldo Final (Nota 16.i)	106.080	106.653
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	140	65
Constituição	207	159
Reversão/Utilização/Baixa	(89)	(84)
Saldo Final (Nota 16.i)	258	140
vii) FNE		
Saldo Inicial	1.386.807	1.177.757
Constituição	699.670	429.782
Reversão/Utilização/Baixa	(266.407)	(220.732)
Saldo Final (Nota 16.i)	1.820.070	1.386.807
viii) FDNE		

Saldo Inicial	1.593	277
Constituição	340	1.316
Reversão/Utilização/Baixa	(1.513)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	420	1.593
ix) Proagro		
Saldo Inicial	3.299	3.299
Constituição	155	-
Reversão/Utilização/Baixa	(66)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	3.388	3.299
x) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	86.551	-
Constituição	61.615	86.551
Reversão/Utilização/Baixa	(111.971)	-
Saldo Final (Nota 16.i)	36.195	86.551

f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.

g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea “d”, subitens a.1 e a.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.

h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 328.645. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 276.218 com nível de risco possível. Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data base de 31.12.2012, perfazem respectivamente, R\$ 191.019 e R\$ 129.544. Na posição de 31.12.2011, representavam, respectivamente, R\$ 160.547 e R\$ 108.879, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 99.423. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 83.321, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 38.732. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 32.459 com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos materiais e morais sob a alegação de que houve transferência indevida de valores em conta de depósito. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.12.2012, R\$ 27.905. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 2.060 com nível de risco possível.

i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas.

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Demandas Trabalhistas	207.801	414.916
Demandas Fiscais	434.226	197.267
Demandas Cíveis	31.145	23.825
Total	673.172	636.008

j) Em “Outros Passivos Contingentes”, encontra-se registrado o valor de R\$ 21.464 (R\$ 86.551, em 31.12.2011), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna. Nessa rubrica, em 2012, o Banco também registrou o valor de R\$ 14.731 relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação. Em 31.12.2011, não havia valores provisionados em outros passivos contingentes decorrentes do risco de crédito sobre operações securitizadas.

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.12.2012	31.12.2011
Máxima	28.467,55	26.481,45
Mínima	1.040,44	948,65
Média	7.617,03	6.983,98

⁽¹⁾ Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Exercício

Especificação	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual	443.222,77	471.963,15	34.504,30	32.591,00	34.504,30	32.591,00
Menor remuneração individual	388.561,82	441.962,10	34.504,30	32.591,00	34.504,30	32.591,00
Remuneração média individual	401.151,81	452.923,95	33.451,94	32.838,88	33.906,58	32.475,56
Número de membros ⁽²⁾	7	7	6	6	6	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 59ª reunião da Assembleia Geral Ordinária e 91ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizadas cumulativamente em 30.03.2012.

⁽²⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.12.2012, o número de funcionários do Banco totalizava 6.169 (6.077 em 31.12.2011), registrando-se, um acréscimo de 1,51% no quadro de pessoal.

NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A proposta de Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R\$ 59.184 (R\$ 36.635 em 31.12.2011), composta pelo equivalente a 8,64% do lucro líquido do exercício (11,64% em 31.12.2011) e 23,04% (21,65% em 31.12.2011) dos dividendos e juros sobre o capital próprio, e pela parcela de 3% sobre o lucro líquido do exercício, referente ao cumprimento de metas sociais.

Em junho de 2012, o Banco procedeu ao pagamento do valor de R\$ 6.296, a título de participação complementar dos empregados nos resultados de 2011, aprovado na 92ª reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.05.2012.

A despesa com pagamento de Participação nos Lucros e Resultados importa em R\$ 65.619, sendo R\$ 65.480 referente aos empregados e R\$ 139, aos administradores.

NOTA 25– Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios pós-emprego, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco no reconhecimento de suas obrigações:

a) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

b) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

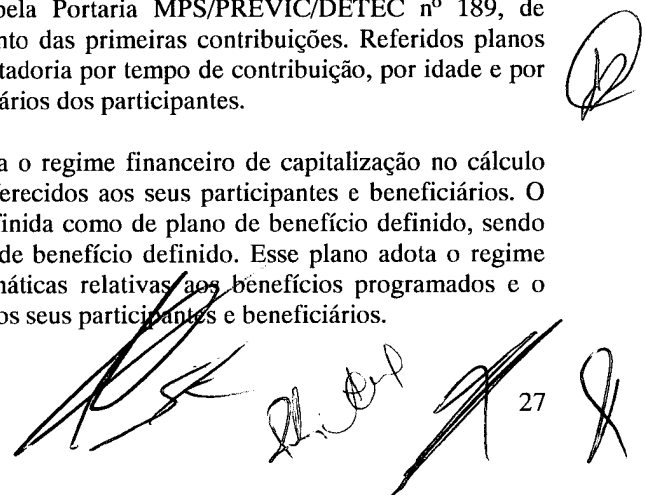
b.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

b.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.



b.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

b.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.12.2012, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2011, 1:1).

b.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - Camed, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

b.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

b.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

c) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

A conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação é demonstrada a seguir, conforme avaliações atuariais realizadas pela Probus Suporte Empresarial S/S Ltda., com base em informações fornecidas pela Capecf, pela Camed e pelo Banco, em cumprimento ao disposto na Deliberação CVM nº 600:

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Período	3.219.990	3.109.048	60.531	16.494	601.318	492.916
2. Custo do Serviço Corrente	16.026	16.743	51.688	45.267	11.057	9.709
3. Custo dos Juros	346.120	331.595	6.507	1.673	64.636	52.573
4. Custo do Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽¹⁾	(270.247)	(256.183)	(178)	(52)	(38.787)	(33.770)
6. Contribuições Recebidas de Associados, Aposentados e Pensionistas	58.127	51.900	-	-	12.116	11.792
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(8.250)	(7.765)	(1.952)	(1.689)	(5.805)	(5.366)
8. Perdas (Ganhos) Atuariais sobre a Obrigação Atuarial ⁽²⁾	573.103	(25.348)	2.536	(1.162)	162.950	73.464
9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Período	3.934.869	3.219.990	119.132	60.531	807.485	601.318

⁽¹⁾ Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

⁽²⁾ Número de equilíbrio.

d) Análise da Obrigação Atuarial

Sob a ótica da Deliberação CVM nº 600, na posição de 31.12.2012, o valor presente da obrigação atuarial dos planos administrados pela Capecf e Camed, registrados como Passivo no Banco, encontra-se na seguinte situação:

a) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.934.869 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.358.234, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 576.635;

ii. Plano CV I: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 119.132 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 119.033, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 99.

b) Plano de Assistência Médica: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 807.485 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 56.909, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 750.576.

e) Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Período	2.762.074	2.618.418	60.531	16.494	73.826	58.172
2. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	368.461	375.219	8.723	2.336	8.269	5.747
3. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	2.523	2.846	26.005	22.707	12.872	11.124
4. Contribuições Recebidas do Empregador ⁽¹⁾	57.872	54.662	25.683	22.559	29.965	27.614
5. Benefícios Pagos pelo Plano ⁽²⁾	(270.247)	(256.183)	(178)	(52)	(38.787)	(33.770)
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	58.127	51.900	-	-	12.116	11.792
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(8.250)	(7.765)	(1.952)	(1.689)	(5.805)	(5.366)
8. Ganhos (Perdas) Atuariais sobre os Ativos do Plano ⁽³⁾	387.674	(77.023)	221	(1.824)	(35.547)	(1.487)
9. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Período	3.358.234	2.762.074	119.033	60.531	56.909	73.826

⁽¹⁾ Capecf – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos; Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e coparticipações pagas pelo empregador;

⁽²⁾ Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados;

⁽³⁾ Número de Equilíbrio.

f) Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial	3.934.869	3.219.990	119.132	60.531	807.485	601.318
2. Valor Justo dos Ativos do Plano	(3.358.234)	(2.762.074)	(119.033)	(60.531)	(56.909)	(73.826)
3. Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta (item 1 – item 2)	576.635	457.916	99	-	750.576	527.492
4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial	576.635	457.916	99	-	750.576	527.492

g) Despesa reconhecida nas Demonstrações do Resultado

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Custo do Serviço Corrente	16.026	16.743	51.688	45.267	11.057	9.709
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(2.523)	(2.846)	(26.005)	(22.707)	(12.872)	(11.124)
3. Custo dos Juros	346.120	331.595	6.507	1.673	64.636	52.573
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(368.461)	(375.219)	(8.723)	(2.336)	(8.269)	(5.747)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	185.429	51.675	2.315	662	198.497	74.951
6. Custo do Serviço Passado Reconhecido no Período	-	-	-	-	-	-
7. Despesa Reconhecida no Resultado	176.591	21.948	25.782	22.559	253.049	120.362
8. Contribuição do empregador relativas a funcionários cedidos objeto de ressarcimento	(287)	(360)	(107)	-	-	-
9. Despesa Reconhecida no Resultado considerando a despesa com funcionários cedidos objeto de ressarcimento	176.304	21.588	25.675	22.559	253.049	120.362

⁽¹⁾ Contribuições recebidas de participantes ativos

h) Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Renda Fixa	87,94	85,44	67,59	85,04	5,60	8,19
Renda Variável	4,12	4,81	27,44	14,96	93,54	91,13
Investimentos Imobiliários	5,17	6,33	4,19	-	0,87	0,68
Empréstimos e Financiamentos	2,75	3,41	0,78	-	-	-
Outros	0,02	0,01	-	-	-	-
Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,22	1,36	-	-	0,01	8,19
Em propriedades/outras ativos utilizados pelo Banco	0,70	0,67	-	-	-	0,68

i) Retorno real dos ativos dos planos

Especificação	Capecf				Camed	
	Plano BD		Plano CV I		Plano Natural	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	368.461	375.219	8.723	2.336	8.269	5.747
2. Ganho (Perda) Atuarial sobre os Ativos do Plano	387.674	(77.023)	221	(1.824)	(35.547)	(1.487)
3. Retorno Real sobre os Ativos dos Planos (item 1 + item 2)	756.135	298.196	8.944	512	(27.278)	4.260

j) Valores atuariais para o exercício corrente e os últimos três exercícios

Especificação	Capef						
	Plano BD				Plano CV I		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
1. Obrigação de Benefício Definido	(3.934.869)	(3.219.990)	(3.109.048)	(2.738.730)	(119.132)	(60.531)	(16.494)
2. Ativos do Plano	3.358.234	2.762.074	2.618.418	2.255.509	119.033	60.531	16.494
3. Superávit (déficit)	(576.635)	(457.916)	(490.630)	(483.221)	(99)	-	-
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano							
a. Montante	(573.103)	25.348	(238.465)	(392.699)	2.536	1.162	742
b. Percentual (a.a.)	14,56%	(0,79%)	7,67%	14,34%	2,13%	(1,92%)	(4,50%)
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano							
a. Montante	387.674	(77.023)	202.189	107.755	221	(1.824)	(742)
b. Percentual (a.a.)	11,54%	(2,79%)	7,72%	4,78%	0,19%	(3,01%)	(4,50%)

Especificação	Camed			
	Plano Natural			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
1. Obrigação de Benefício Definido	(807.485)	(601.318)	(492.916)	(469.032)
2. Ativos do Plano	56.909	73.826	58.171	11.789
3. Superávit (déficit)	(750.576)	(527.492)	(434.745)	(457.243)
4. Ajustes de Experiências sobre os Passivos do Plano				
a. Montante	(162.950)	(73.464)	12.168	(72.418)
b. Percentual (a.a.)	20,18%	12,22%	(2,47%)	15,44%
5. Ajustes de Experiências sobre os Ativos do Plano				
a. Montante	(35.547)	(1.487)	(58.205)	(6.670)
b. Percentual (a.a.)	(62,46%)	(2,01%)	(100,06%)	(56,58%)

k) Estimativa de contribuições para o exercício de 2013

k.1) Dados de Entrada

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Taxa Nominal de Desconto no Início do Ano	8,46%	8,62%	8,46%
2. Taxa Nominal de Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano no Início do Ano	13,85%	12,92%	3,77%
3. Folha salarial de Participação Projetada ⁽¹⁾	40.734	285.908	-
4. Custo do Serviço Corrente	19.487	43.645	17.680
5. Contribuições Esperadas de Participantes Ativos ⁽¹⁾	2.655	23.174	15.767
6. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Ano	3.358.234	119.033	56.909
7. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Ano	3.934.869	119.132	807.485

⁽¹⁾ Valores extraídos do fluxo de caixa atuarial

k.2) Despesa Estimada para o exercício de 2013

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
1. Custo do Serviço Corrente	19.487	43.645	17.680
2. Contribuições de Empregados ⁽¹⁾	(2.655)	(23.174)	(15.767)
3. Custo dos Juros	332.879	10.270	68.311
4. Retorno Esperado dos Ativos do Plano	(465.115)	(15.379)	(2.143)
5. Perda (Ganho) Atuarial Líquida Reconhecida no Período	197.849	2.455	133.468
6. Estimativa da Despesa a ser Reconhecida no Resultado do Período	82.445	17.817	201.549

⁽¹⁾ Contribuições dos empregados, esperadas no ano, relativas a participantes ativos.

l) Premissas utilizadas

l.1) Premissas Biométricas

Especificação	Planos BD (Capef) e Plano Natural (Camed)		Plano CV I (Capef)
Tábua de Mortalidade Geral de Válidos	AT2000 - Homens		AT2000 - Homens
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência do IAPC - Fraca ⁽¹⁾		Experiência do IAPC - Fraca ⁽¹⁾
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência da CAPEF - Fraca ⁽²⁾		-
Tábua de Rotatividade	Nenhuma		-

⁽¹⁾ A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original;

⁽²⁾ A tábua de entrada em invalidez utilizada é resultante da aplicação do fator 0,5 sobre as taxas de entrada em invalidez da tábua Experiência da CAPEF original.

1.2) Premissas Econômicas

Especificação	Capef (% a.a.)		Camed (% a.a.)
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	3,79	3,94	3,79
Taxa de inflação futura	4,50	4,50	4,50
Taxa de inflação médica futura	-	-	0,23
Taxa nominal de retorno esperado dos ativos do plano	13,85	12,92	3,77
Índice de aumento salarial real estimado	1,00	-	1,00
Taxa de crescimento real de benefícios do plano	-	-	-
Taxa de crescimento real de benefícios do INSS	-	-	-
Taxa de crescimento real dos gastos assistenciais	-	-	-
Taxa de Evolução dos custos médicos	-	-	3,28

1.3) A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

1.4) É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

m) Efeito do aumento de um ponto percentual e o efeito do decréscimo de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos assumidos

Especificação	Aumento de um ponto percentual	Redução de um ponto percentual
Efeito sobre o agregado do custo de serviço e o custo de juros	16.787	(18.451)
Efeito sobre a obrigação de benefício definido	127.326	(144.540)

n) Comentários adicionais

- n.1) Despesas Correntes – obrigações apuradas no período, decorrentes do acréscimo de tempo de serviço prestado pelos empregados;
- n.2) (Ganhos)/Perdas Atuariais Líquidas – obrigações apuradas no período, decorrentes de mudanças nas premissas atuariais adotadas ou divergência entre as premissas utilizadas e o que ocorreu efetivamente. O reconhecimento dessas obrigações segue a aplicação das regras de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais – alínea “a” desta nota;
- n.3) Custo do Serviço Passado - obrigações apuradas quando da ocorrência de aumento de benefícios pós-emprego, referente a serviços prestados por empregados em períodos passados. O reconhecimento de despesas referentes a custo de serviço passado segue o disposto nos itens 96 a 101 do Anexo da Deliberação CVM nº 600.; e
- n.4) As melhores estimativas do Banco para as contribuições que se espera pagar para o exercício de 2013 e as contribuições pagas no exercício de 2012 estão assim demonstradas:

Especificação	Capef		Camed
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural
Contribuições esperadas para o exercício de 2013	63.974	30.340	34.062
Contribuições pagas no exercício de 2012	57.872	25.683	29.965

NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 42.848.130 (R\$ 37.747.461 em 31.12.2011) está registrado em contas de compensação do Banco “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados”.
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 6.532.248 (R\$ 4.576.207 em 31.12.2011), registrado no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 437.196 (R\$ 445.076 em 31.12.2011).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
 - c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
 - c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do BNB com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Passivos Contingentes” do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.12.2012	Provisão em 31.12.2011
AA	2.669.728	-	-
A	12.355.956	30.863	28.549
B	9.080.487	45.937	44.875
C	1.121.967	16.678	13.453
D	677.719	33.787	30.004
E	451.940	67.542	42.434
F	563.128	144.175	66.089
G	244.356	96.118	86.689
H	2.744.436	1.384.970	1.074.714
Total	29.909.717	1.820.070	1.386.807

d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 923.019 (R\$ 822.771 em 31.12.2011).

e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 1.037.396 (R\$ 993.540 em 31.12.2011).

NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	Valor
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	016/2006	1.073
Proger-Urbano Investimento	017/2006	22.817
FAT - Infra-Estrutura	018/2006	268.446
Pronaf Investimento	019/2006	139
Proger-Rural - Custeio	020/2006	1.757
Pronaf - Custeio	001/2007	207
Proger-Rural - Investimento	002/2007	26.944
Protrabalho Investimento	004/2007	161.139
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	155.249
Total		637.771

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 661.009 (R\$ 622.389 em 31.12.2011) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 101.634 (R\$ 50.795 em 31.12.2011).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT – Codefat nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.
- A partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	3.133	45	161	7.126	7.287
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	19.878	684	4.416	63.028	67.444
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	33.185	1.785	37.399	214.390	251.789
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	699	15	-	-	-
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	150	3	-	-	-
Protrabalho-Investimento	04/2007	RA	36.207	248	2.049	133.046	135.095
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	30.546	1.167	57.609	141.785	199.394
Total (Nota 13.a)			123.798	3.947	101.634	559.375	661.009

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Financiamento para Combate aos Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.635	10	85	9.838	9.923
Proger – Urbano Investimento	17/2006	RA	26.066	996	13.293	62.810	76.103
FAT – Infraestrutura ⁽⁴⁾	18/2006	RA	120.350	11.266	20.404	249.454	269.858
Pronaf- Investimento	19/2006	RA	344	11	192	484	676
Pronaf- Custeio	01/2007	RA	118	4	69	77	146
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	43.277	264	3.320	159.625	162.945
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	8.332	1.102	13.432	89.306	102.738
Total (Nota 13.a)			201.122	13.653	50.795	571.594	622.389

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa Selic;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia e as exigências do Acordo de Basileia II, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores chave e de mecanismos de mitigação de riscos identificados.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e delibera sobre políticas de gestão de riscos. A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação dessas políticas e consequente submissão ao Conselho de Administração, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco coordenar a sua implementação e o desempenho do Banco. Área específica do Banco gerencia em nível corporativo os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação da estrutura de gerenciamento de capital, incluindo o Plano de Capital para o período de 2013 a 2015, tendo sido aprovado também pelo Conselho de Administração, em 14.12.2012. A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo Gerenciamento de Capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, por meio da Resolução nº 3.988, de 30 de junho de 2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.12.2012	31.12.2011
Operações de concessão de crédito e coobrigações	29.435.172	27.944.962
Público	1.482.348	1.527.360
Privado	27.952.824	26.417.602
Comércio	2.947.052	2.854.921
Comércio exterior	905.124	895.872
Habitação	242	242
Indústria	7.593.036	6.550.030
Infraestrutura	4.128.723	4.414.467
Intermediários financeiros	214.950	262.718
Microfinança urbana	1.637.913	1.165.074
Pessoas Físicas	210.694	196.285
Rural	6.441.335	5.983.626
Outros Serviços	3.873.755	4.094.367
Operações de mercado	19.862.617	14.879.825
Títulos Públicos Federais	17.062.177	12.631.707
Operações Compromissadas	7.871.834	4.415.402
Outras	9.190.343	8.216.305
Depósitos Interfinanceiros	107.020	188.842
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.158.626	1.147.537
Outras Operações	1.534.794	911.739
Demais ativos	2.945.858	1.827.680
Total	52.243.647	44.652.467

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características, valor, prazo, garantias e situação.

Garantias de Operações de Crédito Acima de R\$ 5.000 com risco total para o Banco

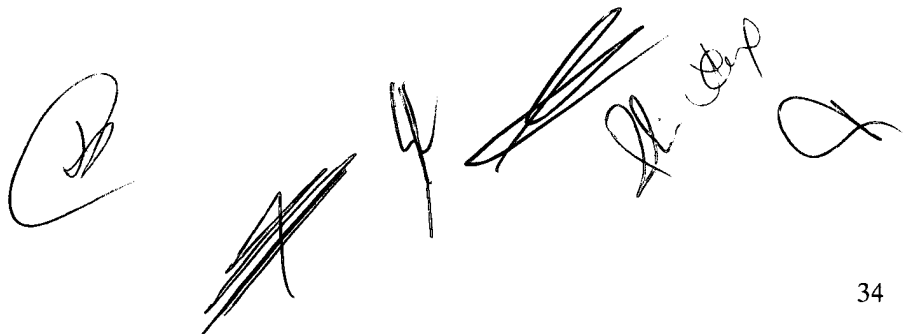
As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 5.366.682 (R\$ 5.313.571 em 31.12.2011). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 3.286.241 (R\$ 2.603.051 em 31.12.2011). Tais garantias são avaliadas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que ocorram fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação. Além de garantias tradicionais como as reais (hipoteca, penhor, alienação fiduciária de bens móveis, entre outras) e das garantias fidejussórias (fianças e avais pessoais), essas operações recebem outros tipos de garantias tais como quirografárias, penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco do FGPC, vinculação de cotas FPM/FPE e fiança bancária, dentre outros.

c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o Caixa para gerenciamento do risco de liquidez, sendo comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente, as informações relativas a esse risco.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.



Especificação		31.12.2012 (%)	31.12.2011 (%)
Índice de Liquidez	Na data base	349,87	245,45
	Média dos últimos 12 meses	274,75	227,39
	Máximo dos últimos 12 meses	382,42	321,96
	Mínimo dos últimos 12 meses	195,93	175,15

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais. Todo o saldo das Dívidas Subordinadas foi inserido na coluna acima de 5 anos, uma vez que essa dívida não prevê pagamento de juros e tem prazo indeterminado. Os valores do IHCD distribuídos abaixo de 5 anos refletem pagamentos de juros anuais, enquanto os valores acima de 5 anos contêm o principal (de prazo indeterminado) e juros calculados até o ano de 2050, apenas para fins de cálculo dos valores:

Especificação	31.12.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	67.206	90.545	439.746	98.457	-
Depósitos a Prazo	39.302	229.897	788.330	3.995.990	2.720.447
Operações Compromissadas	738.999	-	-	119.223	-
Letras do Agronegócio - LCA	33.318	11.267	23.042	455	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.332.382
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida - IHCD	-	-	148.433	222.650	3.652.738
Total	878.825	331.709	1.399.551	4.436.775	7.705.567
Recursos Disponíveis (Nota 5)	6.484.104				

Especificação	31.12.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a Prazo	67.803	225.712	1.524.753	2.884.486	3.574.573
Depósitos Interfinanceiros	10.968	202.145	379.955	-	-
Operações Compromissadas	638.093	-	-	72.531	30.165
Letras do Agronegócio - LCA	47.951	70.784	81.907	-	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	-	-	-	1.216.319
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida - IHCD	-	-	70.122	280.490	3.521.357
Total	764.815	498.641	2.056.737	3.237.507	8.342.414
Recursos Disponíveis (Nota 5)	3.185.693				

d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e de não negociação, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> Carteira de negociação: 1% do valor da carteira Carteira de não negociação: 5% do valor da carteira 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	5.645.799	5.643.091	(2.708)	5.640.427	(5.371)
Carteira de Não Negociação						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom	52.824	48.557	(4.267)	44.602	(8.221)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(757)	(758)	(1)	(758)	(1)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	1.047.488	1.001.841	(45.647)	959.485	(88.003)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	(310.348)	(342.256)	(31.908)	(377.691)	(67.343)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	495.881	455.625	(40.256)	419.167	(76.714)
Cupom de TR	Redução do cupom	(1.778.057)	(1.785.586)	(7.529)	(1.791.999)	(13.942)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	3.456.145	3.418.361	(37.784)	3.381.464	(74.681)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Demais Derivativos</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Pre	<i>Swap</i> DI x Pre	(226.732)	(219.762)	(213.223)
		Ativo Prefixado	238.798	221.695	206.132
		Exposição Líquida	12.066	1.933	(7.090)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	<i>Swap</i> Dólar x DI	1.326.291	1.287.716	1.250.808
		Passivo em ME	(1.316.725)	(1.294.825)	(1.273.731)
		Exposição Líquida	9.566	(7.109)	(22.923)

Na data base de 31.12.2012, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *swap* Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:



Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Dólar.

e) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo no Banco é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Sob o enfoque qualitativo são utilizadas metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais. Essa análise é composta pela descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das fragilidades detectadas. Outra metodologia utilizada é de autoavaliação de riscos e controles em processos *RCSA (Risk and Control Self Assessment)*, que permite conhecer os riscos inerentes em atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto, além disso, permite ainda, a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter uma visão mais ampliada dos processos e aprimoramento do gerenciamento. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida no importe de R\$ 8.539 (R\$ 562 em 31.12.2011 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011	Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades	3.611	2.309	Depósitos	23.182	28.344
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	23.802	14.988	Relações Interdependências	15.578	7.142
Operações de Crédito	820.813	817.214	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	104.096	35.721
Outros Créditos	942.868	928.816	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	2.152.154	1.407.635
			Outras Obrigações	829.914	846.224
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos	1.791.094	1.763.327	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	3.124.924	2.325.066
Operações de <i>Swap</i>	1.325.291	562.301	Operações de <i>Swap</i>	-	-
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	3.116.385	2.325.628	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	3.124.924	2.325.066

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Segurança (5% do Patrimônio de Referência).

g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções nºs 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (*Commitments*); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira

de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.12.2012, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.12.2012, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco foi de 16,24% (16,32% em 31.12.2011), enquanto o PR foi de R\$ 5.184.271 (R\$ 4.604.614 em 31.12.2011). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.366.123 em 31.12.2012 (R\$ 3.054.085 em 31.12.2011).

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
a) Patrimônio de Referência (PR)	5.184.271	4.604.614
. Nível I	2.611.406	2.302.307
. Nível II	2.572.865	2.302.307
b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.366.123	3.054.085
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.872.393	2.619.648
. Parcela PJUR	3.707	642
. Parcela PCOM	350	345
. Parcela POPR	489.673	433.450
c) Valor do RBAN	146.338	48.603
Margem (a-b-c)	1.671.810	1.501.926
Índice de Basileia (Circ.Bacen nº 3.477, de 28.12.2009)	16,94%	16,58%
Índice de Basileia Amplo (Incluindo Valor RBAN)	16,24%	16,32%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Patrimônio de Referência (PR)	5.184.271	4.604.614
. Nível I	2.611.406	2.302.307
(+) Patrimônio Líquido	2.683.751	2.329.499
(-) Reservas de Reavaliação	22.904	25.198
(-) Créditos Tributários Excluídos	6.633	291
(-) Ativo Permanente Diferido	942	1.703
(-) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	41.866	-
. Nível II	2.572.865	2.302.307
(+) Reservas de Reavaliação	22.904	25.198
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.202.392	1.137.872
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.332.382	1.216.319
(+) Ajuste ao Valor de Mercado – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	41.866	-
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	26.679	65.165
(-) Excesso de Capital Nível II em relação ao Nível I	-	11.917

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

iii. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	5.184.271	4.604.614
Limite para Imobilização	2.592.135	2.302.307
(-) Situação	200.619	187.137
Margem	2.391.516	2.115.170
Índice de imobilização	3,87%	4,06%

NOTA 29 – Partes Relacionadas**a) Transações com partes relacionadas**

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Ativos		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	443.895	473.643
Total	443.895	473.643

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a. e Nota 27)	661.009	622.389
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.586.201	1.286.685
Tesouro Nacional	809	992
BNDES	1.435.621	1.152.894
Finame	149.771	132.799
Outras Obrigações	9.069.111	6.932.417
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	6.534.337	4.578.226
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g)	1.202.392	1.137.872
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.h)	1.332.382	1.216.319
Total	11.316.321	8.841.491

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Passivos		
Capef (Nota 16.i)	576.635	457.916
Capef CV I (Nota 16.i)	99	-
Camed (Nota 16.i)	750.576	527.492
Total	1.327.210	985.408

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	2º Sem/2012	01.01 a 31.12.2012	01.01 a 31.12.2011
Benefícios de Curto Prazo	1.732	3.218	3.344
Honorários	1.549	2.801	2.612
Diretoria	1.320	2.392	2.239
Conselho de Administração	112	206	194
Conselho Fiscal	117	203	179
Outros	71	174	336
Participação no Lucro	-	10	396
Total dos Benefícios de Curto Prazo	1.620	2.985	3.344
Benefícios Pós-Emprego	112	233	200
Total	1.732	3.218	3.544

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

Especificação	2º Sem/2012	01.01. a 31.12.2012	01.01. a 31.12.2011
Lucro Líquido	262.357	508.363	314.799
Outros Resultados Abrangentes	(18.787)	45.883	2.885
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(33.224)	72.647	31
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	13.290	(29.059)	(12)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.912	3.824	4.614
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(765)	(1.530)	(1.748)
Resultado Abrangente	243.570	554.246	317.684

NOTA 31 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:


Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Créditos Abertos para Importação	23.804	131.958
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	82.669	92.219
- FNE	15.153.541	13.926.213
- Outras Entidades	64.584	54.180
Coobrigações em Cessões de Crédito	24.786	26.815

b) Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio de reunião realizada em 15 de fevereiro de 2013.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2013


ARY JOEL DE ABREU LANZARIN
PRESIDENTE


FERNANDO BASSOS
DIRETOR FINANCEIRO E DE MERCADO DE CAPITAIS


MANOEL LUCENA DOS SANTOS
DIRETOR DE CONTROLE E RISCO


NELSON ANTONIO DE SOUZA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO


PAULO SÉRGIO REBOUÇAS FERRARO
DIRETOR DE NEGÓCIOS


STELIO GAMA LYRA JUNIOR
DIRETOR DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO


JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
SUPERINTENDENTE DE CONTROLE FINANCEIRO


AÍLA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA
CONTADORA - CRC-CE Nº 016318/O-7

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 7 de fevereiro de 2012.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE



Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e com base no Parecer dos Auditores Independentes – **ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**, de 15 de fevereiro de 2013, é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente as atividades desenvolvidas, a situação financeira e patrimonial e o resultado das operações do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no exercício de 2012.

Fortaleza (CE), 15 de fevereiro de 2013.

CONSELHO FISCAL



André Proite
Presidente em exercício



Manuel dos Anjos Marques Teixeira
Conselheiro



Marco Antônio Fiori
Conselheiro



João Batista de Figueiredo
Conselheiro



Roberta Carvalho de Alencar
Conselheira

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º. Semestre de 2012

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil S.A. é um órgão instituído na forma da Resolução 3.198/2004, do Conselho Monetário Nacional, com atribuições e requisitos de funcionamento inseridos no Estatuto Social do Banco.

Atividades do Comitê – Dentro de sua missão institucional, atuou focado no assessoramento ao Conselho de Administração, avaliação das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente, Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos, revisão das Demonstrações Contábeis, desempenho da Ouvidoria e no acompanhamento das demandas dos órgãos de fiscalização e controle externo.

Dentre as principais realizações, cabe destacar as seguintes atividades:

Assessoramento ao Conselho de Administração – O Comitê acompanhou a implantação das estruturas para gerenciamento de riscos e de requerimento de capital, o atendimento de demandas do Conselho de Administração, de recomendações à Diretoria e da implementação de recomendações da Auditoria Interna, Auditoria Externa e órgãos de controle externos.

Avaliação dos Sistemas de Controles Internos – O Banco estabeleceu diretrizes voltadas para o aperfeiçoamento dos controles internos, da segurança e da gestão de riscos e vem desenvolvendo ações para a implantação de modelos para requerimento de capital, visando a atender recomendações contidas nos Acordos de Capital Basileia II e III e cumprir o cronograma estabelecido pelo BACEN.

Avaliação da efetividade da Auditoria Interna – A Auditoria Interna desenvolveu suas atividades com satisfatória efetividade, observando o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, elaborado segundo instruções dos órgãos federais de controle, aprovado pelo Conselho de Administração do Banco e pela Controladoria Geral da União.

Avaliação da efetividade da Auditoria Independente – Na atuação da ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES não foram evidenciados fatos relevantes que pudessem comprometer sua efetividade na prestação dos serviços com ela pactuados.

Revisão das Demonstrações Contábeis – Examinadas as práticas utilizadas na elaboração das Demonstrações Contábeis, constatou-se conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários.


Fortaleza (CE), 06 de fevereiro de 2013.



João Alves de Melo
Presidente



Luciano Silva Reis
Membro Titular



José Wilkie Almeida Vieira
Membro Suplente



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE
Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras

F N E

Em R\$ MIL

Posição: 31.12.2012

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(Valores em R\$ Mil)

		31.12.2012		31.12.2011	
ATIVO					
CIRCULANTE		13.988.633	11.084.544		
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	990.358	1.593.026		4
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		5.541.890	2.983.181		4
CRÉDITOS VINCULADOS		81.206	84.382		4
Crédito Rural - Proagro a Receber		4.551	4.340		
Devedores por Repasses-Outras Instituições		76.655	80.042		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	7.372.860	6.421.632		
Financiamentos		2.457.606	2.022.785		
Financiamentos a Exportação		98.427	128.904		
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		537.684	543.862		
Financiamentos Agroindustriais		231.616	225.982		
Financiamentos Rurais		4.939.554	4.390.984		
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(892.027)	(890.885)		
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.7)	2.090	2.018		
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito		2.090	2.018		
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	229	305		
Títulos de Cobertura do Proagro		4	4		
Títulos da Dívida Agrária		275	357		
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(50)	(56)		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		28.859.497	26.662.917		
CRÉDITOS VINCULADOS		1.477.642	1.349.996		
Crédito Rural - Proagro a Receber		2.662	529		
Devedores Por Repasses-Bco. Nord - Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	1.332.382	1.216.319		
Devedores por Repasses-Outras Instituições		142.598	133.148		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	27.380.714	25.311.906		
Financiamentos		10.848.481	9.368.708		
Financiamentos a Exportação		28.465	7.014		
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		5.172.319	5.282.878		
Financiamentos Agroindustriais		935.334	956.119		
Financiamentos Rurais		10.396.115	9.697.187		
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.7)	1.141	1.015		
Títulos da Dívida Agrária		1.652	1.504		
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(511)	(489)		
TOTAL DO ATIVO		42.848.130	37.747.461		
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Obrigações Diversas					4
Provisões para Pagamentos a Efetuar					4
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 4.c)				
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO			42.848.126		37.747.461
No Exercício			5.186.981		5.030.560
Em Exercícios Anteriores			37.969.173		32.938.613
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			(234.707)		386.771
RESULTADO DO EXERCÍCIO			(73.321)		(608.483)
TOTAL DO PASSIVO		42.848.130	37.747.461		

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/2012	Exercício/2012	Exercício/2011
RECEITAS			
De Operações de Crédito	(Nota 6.J)	641.951	1.286.403
De Remuneração das Disponibilidades	(Nota 4.b.1)	212.219	437.196
De Reversão de Provisões Operacionais		16	86
DESPESAS	(Nota 4.a.8)	(490.699)	(1.037.396)
De Administração		(53.572)	(100.393)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Premio de Performance		(279.021)	(659.116)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duidosa e Desvalorização de Títulos		(58)	(101)
De Auditoria			
LUCRO/(PREJUÍZO) NO SEMESTRE/EXERCÍCIO	30.836	(73.321)	(608.483)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS/(PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.2010	32.938.613	388.018	33.326.631
Transferências da União no Exercício	5.030.560	-	5.030.560
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(1.247)	(1.247)
Prejuízo do Exercício	-	(608.483)	(608.483)
SALDOS EM 31.12.2011	37.969.173	(221.712)	37.747.461
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.030.560	(609.730)	4.420.830
SALDOS EM 31.12.2011	37.969.173	(221.712)	37.747.461
Transferências da União no Exercício	5.186.981	-	5.186.981
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(12.995)	(12.995)
Prejuízo do Exercício	-	(73.321)	(73.321)
SALDOS EM 31.12.2012	43.156.154	(308.028)	42.848.126
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.186.981	(86.316)	5.100.665
SALDOS EM 30.06.2012	40.793.039	(338.481)	40.454.558
Transferências da União no Semestre	2.363.115	-	2.363.115
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(363)	(363)
Lucro do Semestre	-	30.836	30.836
SALDOS EM 31.12.2012	43.156.154	(308.028)	42.848.126
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	2.363.115	30.453	2.393.568

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(Valores em R\$ Mil)

	2º Sem/12	31.12.2012	31.12.2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/(Prejuízo) no Semestre/Exercício.....	30.836	(73.321)	(608.483)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	279.021	659.116	358.340
Reversões de Provisões Operacionais.....	(16)	(86)	(164)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	4	4	-
Lucro/(Prejuízo) Ajustado.....	309.845	585.713	(250.307)
Créditos Vinculados.....	(60.262)	(124.470)	(102.935)
Operações de Crédito.....	(1.962.484)	(3.679.066)	(3.754.313)
Outros Créditos.....	(252)	(72)	1.111
Outros Valores e Bens.....	(39)	(50)	204
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(383)	(12.995)	(1.247)
CAIXA (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....	(1.713.575)	(3.230.940)	(4.107.487)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Transferências da União.....	2.363.115	5.186.981	5.030.560
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	2.363.115	5.186.981	5.030.560
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	649.540	1.956.041	923.073
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:			
No início do período.....	5.882.708	4.576.207	3.653.134
No fim do período.....	6.532.248	6.532.248	4.576.207
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	649.540	1.956.041	923.073

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Índice das Notas Explicativas

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 5 - Fiscalização	

NOTA 1 – Histórico

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Art.159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pela Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999 e 10.177, de 12.01.2001, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

NOTA 3 – Administração

Ao Banco cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

a) Apropriação de Receitas e Despesas

a.1) As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

a.2) A partir de 1º de janeiro de 2008, os encargos financeiros sobre os financiamentos concedidos com recursos do FNE passaram a variar entre 5% a 10% a.a., de acordo com o setor de atividade e o porte dos tomadores, incluindo o *del credere* do Banco na forma da legislação; os contratos firmados com os mutuários preveem que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a 30% (trinta por cento).

A Medida Provisória nº 581, de 20.09.2012, em seu Art. 9º, alterou o Art. 1º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, atribuindo ao Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional, a responsabilidade pela definição dos encargos financeiros e do bônus de adimplência nas operações do FNE. Com base nesse dispositivo legal, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.149, de 25.10.2012, fixou em 2,94% a.a. os encargos financeiros sobre os financiamentos com recursos do FNE, e em 15% o bônus de adimplência sobre esses encargos, para as operações contratadas de 01 de outubro de 2012 a 31.12.2012, exceto para os beneficiários de financiamentos com base no Art. 8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Art. 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e para os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de

inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada como rendas a apropriar do Fundo a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em lei serão concedidos bônus de adimplência de 25% (vinte e cinco por cento), para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino, e de 15% (quinze por cento), para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa, constante do Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

a.3) A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:

- Nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
- Para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a.;
- Nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.

a.4) Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do Profrota com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.

a.5) A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.

a.6) Nos financiamentos enquadrados no Pronaf, Grupos A, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.

a.7) Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do art. 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu art. 1º, parágrafo único.

a.8) Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os financiamentos no âmbito do Pronaf, Grupos A, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf Grupos A, B e A/C e programas Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos e Seca-2012-Custeio - Outros Grupos, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os financiamentos do Pronaf e o prêmio de performance sobre os reembolsos do Pronaf, seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

b.1) O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades	990.358	1.593.026
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	5.541.890	2.983.181
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.532.248	4.576.207

M

- b.2) O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
- b.3) A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.
- b.4) A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalonamentos de prazos.
- b.5) A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.
- b.6) A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Art. 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.147, de 25.10.2012.
- b.7) São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Art. 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- b.8) Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- Transferências da União, na proporção de 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento), extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decendialmente;
- Retornos e resultados operacionais;
- Resultado da remuneração dos recursos do Fundo, momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira de Crédito



a.1) Carteira Total

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	13.018.155	287.932	13.306.087	11.219.862	171.631	11.391.493
Financiamentos à Exportação	125.084	1.808	126.892	120.695	15.223	135.918
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.710.003	-	5.710.003	5.826.740	-	5.826.740
Financiamentos Agroindustriais	1.132.967	33.983	1.166.950	1.155.044	27.057	1.182.101
Financiamentos Rurais	14.378.327	957.342	15.335.669	13.193.253	894.918	14.088.171
Subtotal	34.364.536	1.281.065	35.645.601	31.515.594	1.108.829	32.624.423
Repasse ao BNB	1.332.382	-	1.332.382	1.216.319	-	1.216.319
Repasse Outras Instituições	219.253	-	219.253	213.190	-	213.190
Total da Carteira	35.916.171	1.281.065	37.197.236	32.945.103	1.108.829	34.053.932
Provisão	(595.642)	(296.385)	(892.027)	(628.000)	(262.885)	(890.885)
Total Líquido ⁽¹⁾	35.320.529	984.680	36.305.209	32.317.103	845.944	33.163.047

a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Financiamentos à Exportação	-	-	-	-	-	-
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Rurais	225.748	10.000	235.748	218.559	7.499	226.058
Subtotal	225.748	10.000	235.748	218.559	7.499	226.058
Repasse ao BNB	1.332.382	-	1.332.382	1.216.319	-	1.216.319
Repasse Outras Instituições	161.903	-	161.903	148.735	-	148.735
Total da Carteira	1.720.033	10.000	1.730.033	1.583.613	7.499	1.591.112
Provisão	-	-	-	-	-	-
Total Líquido ⁽¹⁾	1.720.033	10.000	1.730.033	1.583.613	7.499	1.591.112

a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	12.943.996	270.460	13.214.456	11.123.347	150.937	11.274.284
Financiamentos à Exportação	125.084	1.808	126.892	120.695	15.223	135.918
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	5.710.003	-	5.710.003	5.826.740	-	5.826.740
Financiamentos Agroindustriais	1.094.017	27.485	1.121.502	1.103.164	19.674	1.122.838
Financiamentos Rurais	8.857.872	481.057	9.338.929	8.361.193	381.864	8.743.057
Subtotal	28.730.972	780.810	29.511.782	26.535.139	567.698	27.102.837
Repasse ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasse Outras Instituições	-	-	-	-	-	-
Total da Carteira	28.730.972	780.810	29.511.782	26.535.139	567.698	27.102.837
Provisão	(127.985)	(159.502)	(287.487)	(89.844)	(112.497)	(202.341)
Total Líquido ⁽¹⁾	28.602.987	621.308	29.224.295	26.445.295	455.201	26.900.496

a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	74.159	17.472	91.631	96.515	20.694	117.209
Financiamentos à Exportação	-	-	-	-	-	-
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	38.950	6.498	45.448	51.880	7.383	59.263
Financiamentos Rurais	5.189.272	367.651	5.556.923	4.499.955	415.957	4.915.912
Subtotal	5.302.381	391.621	5.694.002	4.648.350	444.034	5.092.384
Repasse ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasse Outras Instituições	57.350	-	57.350	64.455	-	64.455
Total da Carteira	5.359.731	391.621	5.751.352	4.712.805	444.034	5.156.839
Provisão	(467.657)	(136.883)	(604.540)	(538.156)	(150.388)	(688.544)
Total Líquido ⁽¹⁾	4.892.074	254.738	5.146.812	4.174.649	293.646	4.468.295

a.5) Carteira com Risco Integral do PROCERA

Financiamentos	31.12.2012			31.12.2011		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Financiamentos à Exportação	-	-	-	-	-	-
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Agroindustriais	-	-	-	-	-	-
Financiamentos Rurais	105.435	98.634	204.069	113.546	89.598	203.144
Subtotal	105.435	98.634	204.069	113.546	89.598	203.144
Repasse ao BNB	-	-	-	-	-	-
Repasse Outras Instituições	-	-	-	-	-	-
Total da Carteira	105.435	98.634	204.069	113.546	89.598	203.144
Provisão	-	-	-	-	-	-
Total Líquido ⁽¹⁾	105.435	98.634	204.069	113.546	89.598	203.144

⁽¹⁾ Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf e o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Procera/Programa da Terra e respectivas regulamentações:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- Nas operações enquadradas no Programa da Terra, o risco pertence integralmente ao Procera;
- Nas demais operações, o risco é de responsabilidade do FNE.

b.2) Operações contratadas a partir de 01.12.1998:

- Nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do Procera;
- Nas operações no âmbito do Pronaf, Grupos A, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
- Nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados até 30.11.1998, o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
- Nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;

- Nas operações de que trata o Art. 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco;
 - Nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo igual percentual ao Banco.
- c) De acordo com a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no Inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no exercício é demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos	890.885	1.218.591
. Risco Integral do FNE	688.544	953.269
. Risco Compartilhado	202.341	265.322
(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício	659.144	359.514
Provisão Líquida por Deságio—Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322	130	1.200
. Risco Integral do FNE	130	1.200
Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito	659.014	358.314
. Risco Integral do FNE	314.491	205.835
. Provisão por Atraso/Renegociações	320.217	244.486
. Ajustes de Provisão por Deságio	(5.726)	(38.651)
. Risco Compartilhado	344.523	152.479
. Provisão por Atraso/Renegociações	281.698	152.479
. Ajustes de Provisão de Operações com Índícios de Irregularidades	62.825	-
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício	658.002	687.220
. Risco Integral do FNE	398.625	471.760
. Risco Compartilhado	259.377	215.460
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito	892.027	890.885
. Risco Integral do FNE	604.540	688.544
. Risco Compartilhado	287.487	202.341

- d) Considerando que é de responsabilidade do Procer a o risco nas operações enquadradas no Programa da Terra contratadas com recursos do FNE, não é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses financiamentos.
- e) De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- e.1) para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do exercício estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “c” desta Nota; e
- e.2) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No exercício, foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 39.191, sendo R\$ 29.478 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 9.713 às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 9.501 resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 8.189 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 1.312 referentes às operações de risco compartilhado. No exercício de 2011, a constituição de provisão apresentou uma redução de R\$ 161.960, sendo R\$ 120.019 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 41.941 referentes às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- f) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- f.1) nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- f.2) para as operações do FNE renegociadas foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 50.396, sendo R\$ 35.425 referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 14.971 às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 3.911 decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010, sendo R\$ 1.835 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 2.076 referentes às operações de risco compartilhado. No exercício de 2011, a redução da provisão foi de R\$ 110.110, sendo R\$ 76.931 referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 33.179 referente às operações com risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Créditos” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.

CH

- g) Em 31.12.2012, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 62.825, referente à provisão extraordinária constituída no exercício para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Área de Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- h) As renegociações formalizadas no exercício, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, aumentaram o resultado do Fundo em R\$ 25.443 (R\$ 541.268 de redução, em 31.12.2011). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	58.752	101.821
Despesas - Bônus e Dispensas	(149.495)	(986.730)
Efeito Líquido em Provisões	116.186	343.641
Total	25.443	(541.268)

- i) Na Demonstração do Resultado, as “Receitas de Operações - Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Rendas de Operações de Crédito	2.929.492	2.688.419
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(923.020)	(822.771)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(3.761)	(3.781)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(6.721)	(9.262)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações ⁽¹⁾	(114.708)	(915.468)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(552.504)	(494.797)
Despesas Rebates/Bônus Adimplência-Repases Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(14.244)	(12.889)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repases a Outras Instituições	(86)	(122)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	(13)	(13)
Despesas com Operações Outras Fontes Aquisições Lei nº 11.322, de 13.07.2006	(39)	(85)
Despesa com Outras Operações BNB – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(3.001)	(5.491)
Despesa com Outras Operações BNB – Rebate Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(8.522)	(9.998)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Remissão Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(696)	(11.768)
Despesa com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Lei nº 12.249, de 11.06.2010	(15.740)	(21.742)
Ajuste de Valores Decorrente de Alienação de Bens	(29)	(28)
Baixa Valores Contábeis Excedentes Recebimento Bens	(5)	-
Total	1.286.403	380.204

⁽¹⁾ O valor registrado em 31.12.2011 decorre do volume de renegociações de dívidas ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010, efetivadas no exercício de 2011.

j) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

- j.1) Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Art. 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
- j.2) A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do Art. 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- j.3) No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 266.408 (R\$ 220.721 em 31.12.2011), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

k) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

- k.1) renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;
- k.2) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;
- k.3) contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer – Fase III;
- k.4) reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;
- k.5) reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT;
- k.6) reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

7

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No exercício, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 3.229 (R\$ 68.334, em 31.12.2011), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Art. 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	15	66.160
Art. 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	1.753	607
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III/Operações Resolução nº 2.471)	1.461	1.567
Total	3.229	68.334

Ainda ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, no montante de R\$ 52.558 (R\$ 36.075, em 31.12.2011), conforme a seguir discriminado:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Art. 31 (Operações com mix de Recursos Outras Fontes/FNE)	6.131	17.527
Art. 31 (Operações PRODECER – Fase III)	42.078	13.577
Art. 31 (Operações do FAT)	4.349	4.971
Total	52.558	36.075

NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores

O ajuste líquido negativo, em 31.12.2012, de R\$ 12.995 (R\$ 1.247 em 31.12.2011), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco apresenta a seguinte composição:

Especificação	31.12.2012	31.12.2011
Recursos Disponíveis	433.857	328.126
Recursos Aplicados	898.525	888.193
Total	1.332.382	1.216.319

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen.

Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

NOTA 9 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2013


ARY JOEL DE ABREU LANZARIN
 PRESIDENTE


FERNANDO PASSOS
 DIRETOR FINANCEIRO E DE MERCADO DE CAPITAIS


MANOEL LUCENA DOS SANTOS
 DIRETOR DE CONTROLE E RISCO


NELSON ANTONIO DE SOUZA
 DIRETOR ADMINISTRATIVO E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO


PAULO SERGIO REBOUÇAS FERRARO
 DIRETOR DE NEGÓCIOS


SPELIO GAMALVA JUNIOR
 DIRETOR DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO


JOSÉ JURANDIR BASTOS MESQUITA
 SUPERINTENDENTE DE CONTROLE FINANCEIRO


AÍLA MARIA RIBEIRO DE ALMEIDA
 CONTADORA - CRC-CE Nº 016318/O-7



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Fundo), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

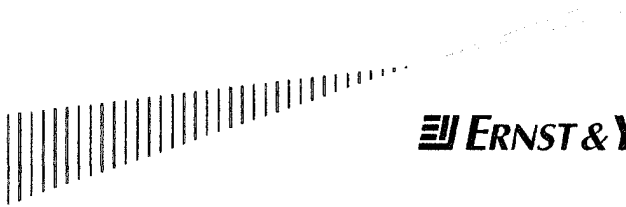
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 7 de fevereiro de 2012, contendo ênfase sobre a adoção da faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28 de dezembro de 2005.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE


Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8

